TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

ESTRUTURA DAS CONTAS NACIONAIS BRASILEIRAS

NÚMERO 48 JUNHO DE 1991

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento
Marcílio Marques Moreira

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas – DPE

ESTRUTURA DAS

CONTAS NACIONAIS BRASILEIRAS

CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA
Economista, Chefe do
DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS
ANTÔNIO BRAZ DE OLIVEIRA E SILVA
Economista, Chefe da
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO–DECNA

RIO DE JANEIRO

1991

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro

CEP 20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

DIRETOR DE PESQUISAS

LENILDO FERNANDES SILVA

DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS

CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

ANTÔNIO BRAZ DE OLIVEIRA E SILVA

CHEFE DA DIVISÃO DE SÍNTESE

MARIA ALICE DE GUSMÃO VELOSO

© 1990,91

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas. (NDI/DPE)

Considera, Claudio Monteiro.
Estrutura das contas nacionais brasileiras / Claudio Monteiro Considera, Antonio Braz de Oliveira e Silva. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991.
48 p. - (Textos para discussão / IBGE, Diretoria de Pesquisas, ISSN 0103-6661; n. 48)

ISBN 85-240-0406-1

1. Contas nacionais - Brasil. I. Silva, Antonio Braz de Oliveira e. II. IBGE, Diretoria de Pesquisas. I. Título. II. Série.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/91-34 CDU 330.53(81)

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas - Rua Visconde de Niterói, 1.246, Bloco B, sala 510, Mangueira.
Telefone: (021) 284-3322 - ramal 303

Os autores agradecem os valiosos comentários e sugestões do consultor permanente do PNUD, Guilhermo Marrero, e dos técnicos do DECNA, Heloisa Valverde Filgueiras, Maria Alice Veloso e Mário Leite Lima. Agradecem ainda à equipe encarregada da edição e revisão do texto Sonia Val Dias, Angela Quaresma, Sônia Regina da Silva Dantas e a Denis C. Filho e Paulo A. Magalhães pelos desenhos dos gráficos.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO 1

II. CLASSIFICAÇÃO 4

.1 - OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA 5

.2 - OS SETORES INSTITUCIONAIS 6

.3 - AS OPERAÇÕES OU TRANSAÇÕES 6

III. O CIRCUITO ECONÔMICO 10

.1 - O FLUXO CIRCULAR POR SETORES DE ATIVIDADE 13

.2 - O FLUXO CIRCULAR POR SETORES INSTITUCIONAIS 15

IV. AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS PARA A NAÇÃO 17

.1 - AS CONTAS DE OFERTA E DEMANDA DE BENS E SERVIÇOS, E CONTAS DE PRODUÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO OPERACIONAL DA RENDA POR SETORES DE ATIVIDADE, OU TABELAS DE INSUMO-PRODUTO 17

.2 - AS CONTAS NÃO FINANCEIRAS POR SETORES INSTITUCIONAIS 20

.3 - SÍNTESE DA ECONOMIA BRASILEIRA - CONTAS NÃO-FINCANCEIRAS 23

.4 - AS CONTAS FINANCEIRAS 23

.5 - AS CONTAS PATRIMONIAIS 27

.6 - OS QUADROS COMPLEMENTARES 27

.7 - SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS ECONÔMICAS INEGRADAS PARA A NAÇÃO 29

V. CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO 29

.1 - SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS 34

VI. PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL 34

VII. PIB POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO 35

VIII. MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO 36

IX. O ENSINO DE CONTAS NACIONAIS 39

BIBLIOGRAFIA 43

ANEXOS 45

ESTRUTURA DAS CONTAS NACIONAIS BRASILEIRAS[1]

Claudio Monteiro Considera *
Antonio Braz de Oliveira e Silva **

I - INTRODUÇÃO

Historicamente, o desenvolvimento das Contas Nacionais está ligado à ampliação do papel do Estado na gerência da economia e à redescoberta da importância da análise macroeconômica através da contribuição de Keynes. Neste contexto, a base teórica das Contas Nacionais está essencialmente centrada na teoria keynesiana, enquanto sua base conceitual e metodológica teve em Richard Stone seu principal artífice. As contas nacionais representam uma resposta à necessidade do Estado de conhecer o meio em que atua e as modificações que o afetam, de modo a determinar sua própria ação e prever suas repercussões. Estatísticas dispersas sobre produção, consumo, rendimentos, preços, comércio exterior, etc., por mais numerosas que sejam, são insuficientes. É necessário que sejam inscritas em um esquema coerente que ponha em evidência suas relações recíprocas. Estabelecer este esquema, quantificar seus elementos a partir da reorganização e síntese das informações econômicas disponíveis e interpretar esta representação do conjunto da economia são funções das Contas Nacionais.

São múltiplos os usos das Contas Nacionais. Como meio de informação permitem o conhecimento da estrutura e evolução da economia através de um quadro de informações macroeconômicas integradas e coerentes no tempo. Como instrumento de planejamento e de previsão econômica possibilitam o estudo dos efeitos, sob certas condições, das medidas de política econômica, contribuindo para a tomada de decisões mais racionais. A médio prazo, permitem explorações na forma de variantes de cenários de política econômica, de comportamento de agentes econômicos, etc. Permitem, também, comparações internacionais. Por fim, constituem um quadro de referência para o desenvolvimento do sistema estatístico. A função de síntese das estatísticas econômicas a partir do uso intensivo e extensivo das informações existentes e análise de sua consistência e adequação pelo confronto de fontes,

---

[1] Em vários momentos este texto reproduz, sem aspas, partes de documentos metodológicos do Departamento de Contas Nacionais (DECNA), da Diretoria de Pesquisas (DPE), do IBGE, pelos quais os autores são direta ou indiretamente responsáveis; estes documentos estão citados na Bibliografia.

* Chefe do Departamento de Contas Nacionais (DECNA), da Diretoria de Pesquisas (DPE), do IBGE, e professor de Economia da UFF.
** Chefe da Divisão de Planejamento do DECNA/DPE/IBGE.

compatibilização de classificações, harmonização de procedimentos de coleta e tratamento dos dados, exploração de novos instrumentos de informação, etc., faz das Contas Nacionais um instrumento fundamental no aperfeiçoamento do sistema estatístico.

Os trabalhos sistemáticos de Contas Nacionais datam do pós-guerra. As Nações Unidas, a nível internacional, desenvolvem, desde então, trabalhos de normatização dos avanços na área, num esforço de definição de um modelo conceitual uniforme que, tomado como referência, garanta tanto a difusão de conhecimentos atualizados como a comparabilidade das informações entre países. A revisão 3 do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas[1] incorporou progressos alcançados nas duas décadas anteriores, quando nos países mais avançados evoluiu-se, de modo geral, da postura tradicional de mensuração dos agregados microeconômicos e apresentação dos resultados em contas consolidadas, para a construção de sistema amplo e articulado de informações voltado para a descrição dos processos econômicos.

A produção das Contas Nacionais brasileiras é, desde 1973, atribuição do IBGE, coordenador do Sistema Estatístico Nacional, que só a partir de 1986 assumiu de fato esta responsabilidade. Até aquela data os cálculos dos agregados econômicos estavam, por delegação do IBGE, a cargo da Fundação Getúlio Vargas - FGV, estando disponíveis, a partir de 1947, referenciados a um Sistema de 4 Contas Consolidadas para a Nação e quadros complementares, adaptados da proposta de contas-padrão das Nações Unidas.[2] Apesar da constante incorporação de recomendações internacionais quanto ao tratamento de dados, o trabalho desenvolvido pela FGV não previa a adoção completa das concepções formuladas na proposta de 1968 das Nações Unidas.

Na década de 70, o IBGE iniciou os trabalhos de construção de matrizes de insumo-produto qüinqüenais. A construção de matrizes de insumo-produto, com a mesma periodicidade dos censos, permitiu a montagem de uma base metodológica e conceitual, para num segundo passo integrá-la a um sistema completo de contas nacionais.

A elaboração das contas nacionais consolidadas e da matriz de insumo-produto por duas instituições separadas não atendia nem às recomendações internacionais, nem às necessidades de informações macroeconômicas do país. Em meados de 1985, o IBGE definiu a implementação de um programa para o desenvolvimento de um sistema de produção de séries de contas nacionais completas para a economia brasileira, dentro de sua concepção atualizada. Na realização deste projeto o IBGE vem contando, desde o início, com a colaboração de técnicos franceses, viabilizada através de convênio de cooperação técnica com o Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques - INSEE.

---

[1] UN, System of National Accounts - SNA, Rev. 3, NY. ,1968
[2] UN, System of National Accounts - SNA, Rev. 2, NY., 1952

Em 1986, a equipe de contas nacionais da FGV foi incorporada ao Departamento de Contas Nacionais do IBGE, com o objetivo de integrar estes trabalhos e construir o sistema completo.

Este Novo Sistema de Contas Nacionais - NSCN-IBGE - vem sendo desenvolvido dentro de recomendações e práticas internacionais conhecidas, com as devidas adaptações às condições e características do País. Sua base conceitual e concepção ampla têm como referência o sistema preconizado pelas Nações Unidas. Quanto à metodologia adotada no seu desenvolvimento e à definição de instrumentos de trabalho e de apresentação dos resultados, o NSCN-IBGE tem-se apoiado mais fortemente na experiência do sistema francês de contas nacionais.[1] O sistema tem 1980 como ano-base e sua implantação está prevista para após 1992, quando estará pronta e testada a série 1980-90 e serão divulgados os resultados preliminares de 1991, o primeiro resultado de séries correntes atualizado.

As Contas Consolidadas para a Nação, cuja metodologia desenvolvida pela FGV foi absorvida e já aperfeiçoada pelo IBGE, continuará, durante este período de transição até a implementação completa do Novo Sistema, a ser o sistema oficial e, devido a sua menor complexidade, a partir da implantação do Novo Sistema, gerará as primeiras estimativas das Contas Nacionais Brasileiras. Obviamente, a produção sistemática das Contas Consolidadas prosseguirá dentro da perspectiva de incorporação progressiva de avanços resultantes da evolução integrada dos trabalhos de Contas Consolidadas e do Novo Sistema.

Em razão da crescente demanda de estatísticas para o acompanhamento de conjuntura, o IBGE, com o auxílio do IPEA, implantou a partir de 1989 um modelo de trimestralização do PIB real, baseado na metodologia das Contas Consolidadas.

Como parte do Sistema de Contas Nacionais, o IBGE divulga Matrizes de Insumo-Produto qüinqüenais construídas a partir de informações censitárias, e com a entrada em operação do Novo Sistema passará a divulgar matrizes projetadas anuais.

Finalmente, por determinação do Tribunal de Contas da União, para efeitos de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e Municípios das Capitais, o IBGE produz estimativas do Produto Interno por Unidade da Federação, nos anos de Censos Econômicos.

Este artigo tem por finalidade descrever a atual estrutura das Contas Nacionais Brasileiras e seus fundamentos básicos. A seção II ocupa-se de apresentar as classificações utilizadas nas Contas Nacionais: de unidades institucionais, de atividades econômicas e de operações.

---

[1] A referência básica é INSEE, Systeme Elargi de Comptabilité Nationale - base 1980 - Méthodes, Paris, 1987

Um sistema de contas nacionais tem como objetivo mensurar o funcionamento econômico do país em toda sua complexidade. A apresentação deste circuito econômico é feita na seção III. A seção IV apresenta as Contas Econômicas Integradas para a Nação que correspondem ao Novo Sistema de Contas Nacionais em implantação no IBGE. As Contas Consolidadas para a Nação, atualmente o sistema oficial do País, são apresentadas na seção V. As três seções seguintes descrevem brevemente o PIB real trimestral, o PIB por Unidade de Federação e a Matriz de Insumo-Produto.

Na última seção discutem-se as alterações que o ensino de Contas Nacionais no Brasil deveria sofrer para se adaptar a esta nova estrutura das Contas Nacionais Brasileiras.

II - CLASSIFICAÇÃO

As economias modernas caracterizam-se por uma ampla especialização e uma complexa divisão do trabalho. O sistema de Contas Nacionais, como instrumento de economia aplicada, consiste no registro sistemático, organizado sob princípios contábeis, de todas as transações econômicas realizadas por uma infinidade de unidades econômicas que participam do processo econômico do país. Para isto é necessário definir, em primeiro lugar, critérios de classificação que permitam agrupar, em categorias homogêneas, as unidades que participam das transações e as próprias transações, assim como identificar as formas de observações estatísticas a serem empregadas em cada categoria.

A classificação é um elemento fundamental e prévio a qualquer tipo de investigação. Consiste no ordenamento exaustivo de todos os elementos que devem constar da pesquisa, garantindo, dessa forma, que nenhum elemento que pertença ao âmbito da investigação fique ausente ou que haja a inclusão de elementos desnecessários e indesejáveis. Permite, também, pré-determinar a localização correspondente a cada elemento e o grau em que este se inter-relaciona com os demais.

Desta maneira, cumprem-se dois dos objetivos básicos de uma classificação: em primeiro lugar, identificar seus elementos com precisão; em segundo, permitir graus sucessivos de agregação destes elementos de forma a reduzir o campo de observação em diferentes níveis, facilitando sua análise.

São imprescindíveis a um sistema de classificação duas qualidades: a primeira, que permita que os diferentes âmbitos a que se refira tenham tratamento integrado (se comuniquem), vale dizer, a classificação não pode ser um impedimento para integrar as observações econômicas, sociais, e relativas ao meio físico em que elas ocorrem; a segunda deve permitir comparações com outras classificações (internacionais, nacionais, setorias, etc.), e também comparações ao longo do tempo.

Atendendo às características das transações realizadas, e a fim de facilitar distintos tipos de análise relacionados aos aspectos produtivos e financeiros da economia, as Contas Nacionais

classificam as unidades econômicas em duas classes: uma, estabelecida em relação à corrente de bens e serviços e aplicada nas contas de produção, consumo e formação de capital. A outra, relacionada à corrente financeira do sistema e utilizada nas contas de origem e uso da renda e de financiamento do capital.

A primeira classe refere-se às unidades produtivas, classificadas, segundo a forma em que participam da produção e utilização de bens e serviços, por setores de atividade econômica. A segunda classe trata das unidades institucionais onde, geralmente, se adotam as decisões financeiras, tanto das despesas correntes como de capital, e classificam-se por setores institucionais. Vale dizer, na primeira classe as unidades produtivas são classificadas segundo características técnico-econômicas, independentemente de terem ou não autonomia de decisão. Já na segunda classe os agentes econômicos têm autonomia de decisão e são classificados segundo seu comportamento econômico principal.

Para retratar, de forma completa, o circuito econômico descrito pela teoria, o sistema de classificação deve, portanto, abranger:

- as atividades econômicas realizadas pelas unidades produtivas ou estabelecimentos, e os respectivos produtos;

- as unidades institucionais ou agentes econômicos; e

- as operações ou transações realizadas entre essas unidades.

2.1. Os Setores de Atividade Econômica

As decisões econômico-financeiras tomadas pelas unidades institucionais realizam-se no âmbito de uma infinidade de unidades produtivas, que operam numa ampla gama de atividades econômicas, produzindo uma diversidade de bens e serviços e gerando renda. Sua classificação responde à necessidade de preservar a homogeneidade destes agentes, como unidades produtivas, segundo sua natureza e estrutura de custos, estabelecendo as distinções correspondentes de acordo com a forma em que participam do processo de produção e utilização de bens e serviços. Desta maneira, cada unidade produtiva é classificada segundo o tipo principal de bens e serviços que produz, definindo, para isto, como unidade de observação, o estabelecimento, ou seja, aquela unidade econômica onde é factível obter dados referentes a todas as operações técnico-econômicas relacionadas à oferta e utilização de bens e serviços por eles desenvolvidos. Durante esse processo são empregados fatores de produção que recebem uma remuneração pela venda dos serviços desses fatores.

O IBGE adota para sua classificação de atividades econômicas uma adaptação da International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC), das Nações Unidas.[1] Para as Contas Nacionais são feitas agregações de acordo com as suas necessidades, resultando em 4 níveis de agregação: o nível de trabalho básico, com cerca de 300 atividades e 600

produtos; o nível correspondente ao de publicação da Matriz de Insumo-Produto (nível 100), com 88 atividades e 135 produtos; o correspondente ao das Tabelas de Insumo-Produto que integram o Novo Sistema de Contas Nacionais (nível 50 - ver Anexo 1), com 43 atividades e 53 produtos; e o referente ao de publicação das Contas Consolidadas para a Nação, mais restrito, conforme o Quadro 1.

2.2. Os Setores Institucionais

As decisões econômico-financeiras (produzir, consumir ou poupar, investir, etc.) são tomadas no âmbito de uma infinidade de unidades institucionais individuais que efetuam numerosas operações de produção e geração de renda, repartição, apropriação e uso da renda, e acumulação. A análise dessas unidades requer que elas sejam identificadas e classificadas segundo sua autonomia de decisão e unidade patrimonial. Seu agrupamento segundo sua função principal define os Setores Institucionais.

O Quadro 2, adiante, reproduz a atual classificação de setores institucionais no seu nível mais agregado.

2.3. As Operações ou Transações

As transações ou operações técnico-econômicas efetuadas entre os setores de atividade, no processo de produção e distribuição operacional da renda, e as operações econômico-financeiras realizadas pelas unidades institucionais, no processo de produção, apropriação e uso da renda, acumulação, e financiamento, definidas como significantes pela teoria econômica, podem ser classificadas e agrupadas em três categorias: operações de bens e serviços, de repartição, e financeiras, conforme abaixo relacionadas:[2]

2.3.1. Classificação das Operações de Bens e Serviços

Produção de bens e serviços
Consumo Intermediário
Consumo Final
Formação bruta de capital
Formação bruta de capital fixo
- Máquinas e equipamentos
- Construções
- Outros investimentos

---

[1] UN, International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Rev. 2, UN, New York, 1975.
[2] Para uma desagregação maior, ver C. M. Considera e A. Braz de Oliveira e Silva, "A Coordenação do Sistema Estatístico Nacional e o PGIE segundo o DECNA", IBGE/DPE, Texto para Discussão nº 43, março de 1991.

Quadro 1 - Classificação de Setores de Atividade das Contas Consolidadas[1]

- Agropecuária
  - Produção vegetal
  - Produção animal
- Indústria
  - Extrativa mineral
  - Transformação
    - Produtos minerais não-metálicos
    - Metalurgia
    - Mecânica
    - Material elétrico e de comunicações
    - Material de transporte
    - Madeira
    - Mobiliário
    - Papel e papelão
    - Borracha
    - Couros e peles
    - Química
    - Farmacêutica
    - Perfumaria, sabões e velas
    - Produtos de matérias plásticas
    - Têxtil
    - Vestuário, calçados e artefatos de tecidos
    - Produtos alimentares
    - Bebidas
    - Fumo
    - Editorial e gráfica
    - Diversas
    - Construção
    - Serviços industriais de utilidade pública
- Serviços
  - Comércio
  - Transportes
    - Aéreo
    - Ferroviário
    - Hidroviário
    - Rodoviário
  - Comunicações
  - Instituições financeiras
  - Administrações públicas
  - Outros serviços

---

[1] Ver IBGE, Sistema de Contas Nacionais Consolidadas, Brasil, série Relatórios Metodológicos, volume 8, Rio de Janeiro, 1990.

Quadro 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES INSTITUCIONAIS [1]

SETOR INSTITUCIONAL	FUNÇÃO PRINCIPAL	RECURSOS PRINCIPAIS (+ de 50%)
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	Produzir bens e serviços mercantis não-financeiros	Receita de venda
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Financiar, isto é, coletar, transformar e distribuir disponibilidades financeiras	Fundos provenientes de obrigações financeiras contratadas
INSTITUIÇÕES DE SEGUROS	Segurar, isto é, transformar riscos individuais em riscos coletivos	Prêmios contratuais ou contribuições voluntárias
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	Produzir serviços não-mercantis destinados à coletividade e efetuar operações de redistribuição de renda e/ou patrimônio	Pagamentos obrigatórios (impostos, contribuições sociais)
INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	Produzir serviços destinados a grupos específicos de famílias e/ou produzir sem fins lucrativos serviços não mercantis para as famílias	Contribuições voluntárias das famílias, rendimentos da propriedade e, eventualmente, receita de venda
FAMILIAS (INCLUSIVE UNIDADES DE PRODUÇÃO NÃO-EMPRESARIAIS	Consumir Produzir bens e serviços mercantis não-financeiros	Remuneração do trabalho e da propriedade e transferências e receitas de vendas
RESTO DO MUNDO	O grupamento " Resto do Mundo" reúne num mesmo conjunto de contas as operações entre unidades institucionais residentes e não-residentes.	

[1] Ver IBGE/DPE, Novo Sistema de Contas Nacionais - ano base 1980: Metodologia e resultados provisórios; IBGE/DPE, Texto para Discussão nº 10, dezembro de 1988.

Variação de estoques
Exportação de bens e serviços
Importação de bens e serviços
Aquisição líquida de terrenos e ativos intangíveis
Imputação dos serviços de intermediação financeira

2.3.2. Classificação das Operações de Repartição

Remuneração dos assalariados
- Salários e ordenados brutos
- Contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores
- Contribuições sociais fictícias

Impostos ligados à produção e à importação
Subsídios
- Subsídios a produtos
- Subsídios à atividade produtiva

Rendimentos de propriedade e da atividade empresarial
- Juros efetivos
- Juros imputados
- Rendas da terra e de ativos intangíveis
- Dividendos e outros rendimentos distribuídos pelas empresas
- Participação dos empregados nos lucros

Operações de seguros contra danos
Operações correntes sem contrapartida no processo de produção
- Impostos correntes sobre a renda e a propriedade
- Contribuições sociais efetivas
- Contribuições sociais fictícias
- Benefícios sociais
- Transferências correntes às instituições privadas sem fins lucrativos

Transferências correntes diversas
- Transferências de capital
- Outras transferências de capital

Variação do patrimônio das famílias no FGTS e PIS/PASEP

2.3.3. Classificação das Operações Financeiras

Meios de Pagamento Internacionais
- Ouro Monetário
- DES e FMI
- Divisas

Meios de Pagamento Nacionais
- Papel-Moeda
- Depósitos à Vista

Depósitos não Monetários
- Poupança
- A Prazo s/Certificado
- Em moeda Estrangeira
- Outros em Moeda Nacional

Títulos de Renda Fixa

Títulos de Renda Variável
- Ações
- Participações e Cotas

Empréstimos
- A Curto Prazo
- A Longo Prazo, exceto Arrendamento Mercantil
- Arrendamento Mercantil

Créditos Comerciais
- Responsabilidade por Arrecadação
- Correntes
- Em Liquidação
- Defasagem Contábil

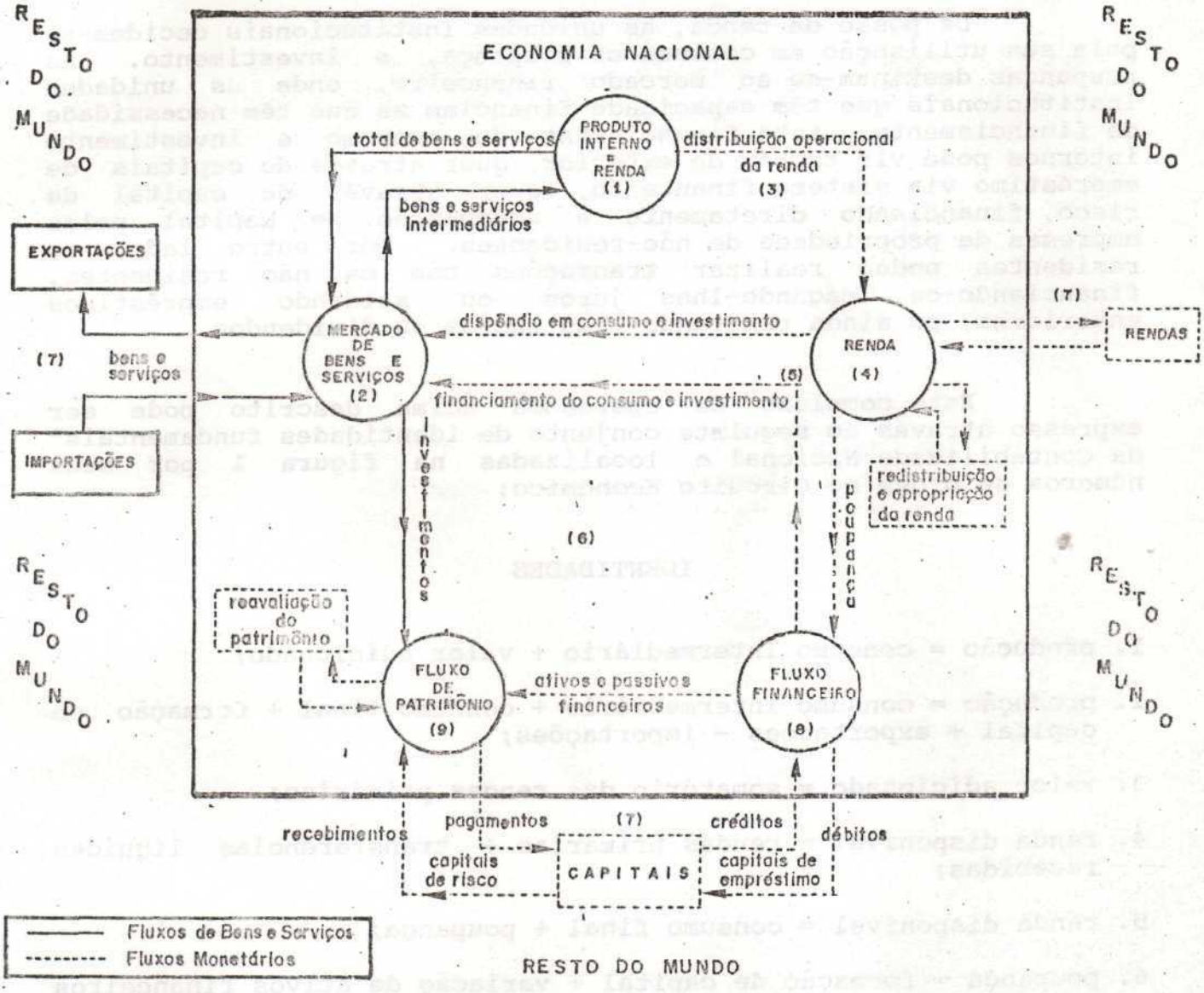
Reservas Técnicas de Seguros
- Reservas de Riscos não Expirados
- Reservas de Sinistros a Liquidar
- Reservas Matemáticas
- Outras Reservas

III - O CIRCUITO ECONÔMICO

O funcionamento econômico de um país se constitui de um conjunto complexo de relações entre indivíduos, instituições, e unidades produtivas, realizando uma infinidade de transações ou operações interdependentes. Ele pode ser representado na forma de um fluxo circular como o da figura 1.

A atividade de produção tem função fundamental: é fonte dos bens e serviços produzidos internamente e também de toda renda gerada. Parte dos bens e serviços tem utilização intermediária, retornando ao aparelho produtivo. A produção de bens finais se destina ao consumo ou ao investimento (formação bruta de capital) interno, e parte da produção total (incluindo bens usualmente intermediários para a economia interna) é exportada. Por outro lado, a oferta interna de bens e serviços (finais ou intermediários> é complementada pelas importações.

Figura 1: Circuito Econômico Completo [1]



(1) Adaptado de Ngo-Thi Cuc e J. Louis Weber, Pour Une Initiation a la Comptabilité Nationale - elaboration des Comptes Nationaux d'une economie fictivel Kangaro, Insee, Paris, s.f.

A renda gerada na produção passa por uma série de operações de repartição: inicialmente é alvo de uma primeira distribuição entre os agentes econômicos que resulta no pagamento de remunerações de empregados e num saldo identificado como excedente operacional bruto. Esta renda passa então por um processo de apropriação, com os pagamentos dos rendimentos de propriedade (aluguéis, juros, lucros, dividendos), aos agentes econômicos, e de impostos, ao Estado; este, por sua vez, redistribui parte de sua arrecadação sob a forma de subsídios e transferências sociais. Parte da renda é também enviada ao exterior ou de lá recebida sob a forma de pagamento de serviços de fatores.

De posse da renda, as unidades institucionais decidem-se pela sua utilização em consumo ou poupança, e investimento. As poupanças destinam-se ao mercado financeiro, onde as unidades institucionais que têm capacidade financiam as que têm necessidade de financiamento. Este financiamento do consumo e investimento internos pode vir também do exterior, quer através de capitais de empréstimo via sistema financeiro, quer através de capital de risco, financiando diretamente a acumulação de capital pelas empresas de propriedade de não-residentes. Por outro lado, os residentes podem realizar transações com os não residentes, financiando-os, pagando-lhes juros ou saldando empréstimos anteriores, ou ainda remetendo-lhes lucros ou dividendos.

Este complexo de operações acima descrito pode ser expresso através do seguinte conjunto de identidades fundamentais[1] da Contabilidade Nacional e localizadas na figura 1 por seus números de ordem no Circuito Econômico:

IDENTIDADES

1. produção = consumo intermediário + valor adicionado;

2. produção = consumo intermediário + consumo final + formação de capital + exportações - importações;

3. valor adicionado = somatório das rendas primárias;

4. renda disponível = rendas primárias + transferências líquidas recebidas;

5. renda disponível = consumo final + poupança;

6. poupança = formação de capital + variação de ativos financeiros - variação de passivos financeiros;

---

[1] Ver André Vanoli, "Sur la structure générale du SCN, à partir de l'expérience du systeme élargi de Comptabilité Nationale français", The Review of Income and Wealth, série 32, nº 2, junho 1986, pp.155-99.

7. exportações - importações + rendas primárias líquidas recebidas do exterior + transferências líquidas recebidas do exterior = variação de ativos financeiros no exterior - variação de passivos financeiros em relação ao exterior;

8. soma das variações de ativos financeiros = soma das variações de passivos financeiros;

9. patrimônio de fechamento = patrimônio de abertura + formação de capital + variação de ativos financeiros - variações de passivos financeiros + reavaliações;

10. população total = população inativa + população ativa.

O detalhamento das operações expressas nessas identidades, por setores de atividade econômica e por setores institucionais, possibilita uma reprodução mais ampla do funcionamento da economia. Assim é que as operações de bens e serviços expressas nas identidades 1, 2 e 3 podem ser decompostas por setores de atividade (1 e 3), e tipos de produto (2). Estas três primeiras equações representam as três óticas de mensuração do Produto Interno Bruto do País: a equação 1 corresponde à ótica do produto; a 2, à ótica do dispêndio ou da utilização final, e a 3, à ótica da renda.

Por sua vez, as operações de bens e serviços, de repartição e financiamento expressas pelas identidades 1, e 3 a 9 podem ser decompostas por setores institucionais.

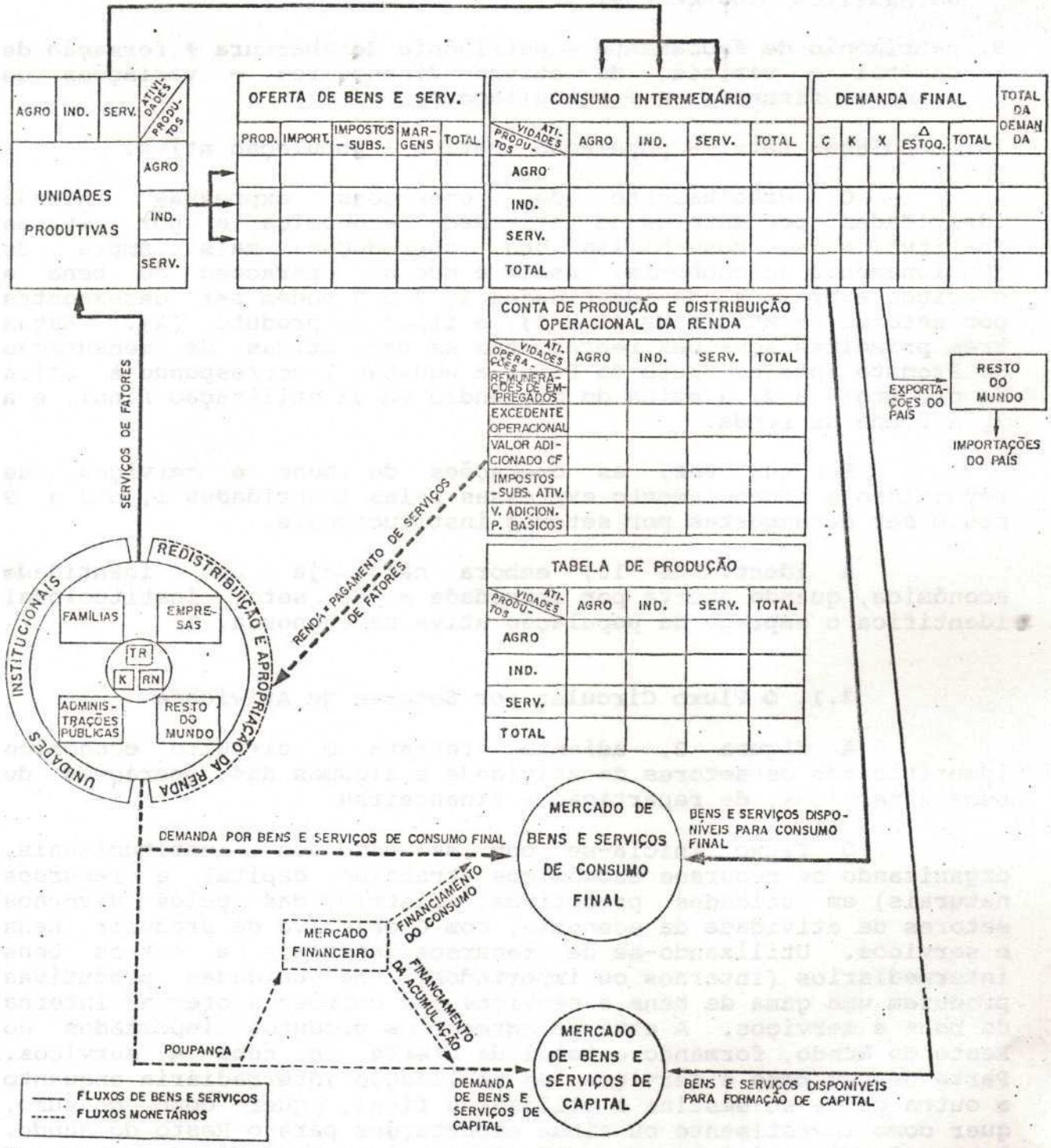
A identidade 10, embora não seja uma identidade econômica, quando aberta por atividade e por setor institucional identifica o emprego da população ativa na economia.

3.1. O Fluxo Circular por Setores de Atividade

A figura 2, adiante, retrata o circuito econômico identificando os setores de atividade e algumas das operações de bens e serviços, de repartição e financeiras.

O fluxo inicia-se com as unidades institucionais, organizando os recursos econômicos (trabalho, capital e recursos naturais) em unidades produtivas, distribuídas pelos diversos setores de atividade da economia, com o objetivo de produzir bens e serviços. Utilizando-se de recursos naturais e outros bens intermediários (internos ou importados), as unidades produtivas produzem uma gama de bens e serviços que compõem a oferta interna de bens e serviços. A esta se agregam os produtos importados do Resto do Mundo, formando o total da oferta de bens e serviços. Parte destes bens e serviços tem utilização intermediária enquanto a outra parte se destina à utilização final, quer como consumo, quer como investimento ou ainda exportações para o Resto do Mundo. A parcela não utilizada da produção compõe a variação de estoque.

FIGURA 2: FLUXO CIRCULAR DE PRODUTO E RENDA POR SETORES DE ATIVIDADE (1)



(1) INSPIRADO EM A. CASTRO E C. LESSA, INTRODUÇÃO À ECONOMIA, UMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA, ED. FORENSE, RIO DE JANEIRO, CAP. II, GRÁFICO II

A renda gerada no processo de produção remunera os serviços dos fatores produtivos, de propriedade das unidades institucionais. Parte desta renda destina-se à demanda de bens e serviços de consumo e parte à poupança. A poupança, por sua vez, será utilizada diretamente pelas unidades institucionais na aquisição de bens e serviços de capital que retornam às unidades produtivas, repondo o capital desgastado ou aumentando a capacidade produtiva do País; ou será utilizada no financiamento do consumo ou do investimento das unidades institucionais com necessidade de financiamento, operação realizada pelas instituições (empresas) financeiras no mercado financeiro.

As cinco tabelas que compõem o aparelho produtivo da economia, desagregado por setor de atividade, são conhecidas nas Contas Nacionais como Tabelas de Insumo-Produto ou Contas de Oferta e Demanda de Bens e Serviços, e Contas de Produção e de Distribuição Operacional da Renda por Setores de Atividade, e serão adiante detalhadas.

3.2. O Fluxo Circular por Setores Institucionais

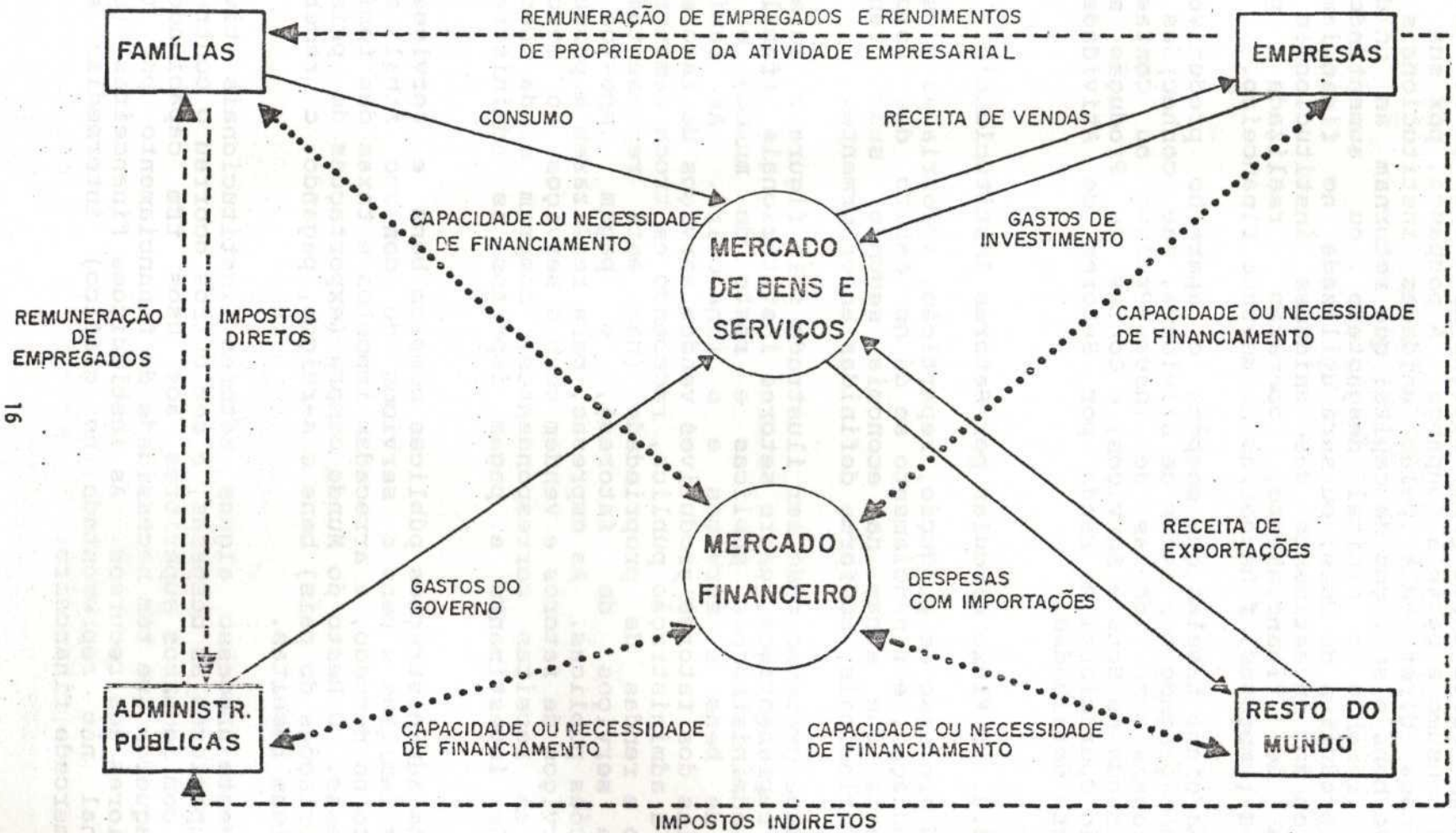
O processo de produção, repartição, apropriação e uso da renda, acumulação, e financiamento se dá no âmbito das unidades institucionais que atuam na economia segundo suas funções econômicas principais, conforme definidas anteriormente.

Esse processo pode ser ilustrado pela figura 3 adiante. Nela estão representados quatro setores institucionais (famílias, empresas, administrações públicas e resto do mundo) e dois mercados: de bens e serviços e o financeiro. As famílias proprietárias dos fatores produtivos vendem serviços de fatores às empresas e à administração pública, recebendo em troca remuneração do trabalho e rendas de propriedade (não está representado o mercado de serviços de fatores), e pagam impostos às administrações públicas. As empresas, para realizarem a produção, compram serviços de fatores e vendem bens e serviços no mercado, recebendo as receitas correspondentes; compram ainda bens e serviços de investimento e pagam impostos às administrações públicas.

As administrações públicas compram bens e serviços de fatores das famílias e bens e serviços de consumo final e de investimento no mercado, e arrecadam impostos e taxas das famílias e das empresas. O Resto do Mundo compra (exportações do país) e vende (importações do país) bens e serviços, pagando e recebendo as respectivas receitas.

Neste processo alguns setores institucionais tiveram receitas superiores às despesas, e com outros ocorreu o contrário. Os setores com recursos superiores aos usos tEm capacidade de financiar aqueles que têm necessidade de financiamento por terem usos superiores aos recursos. As instituições financeiras (setor institucional não representado no gráfico) intermediam esses fluxos no mercado financeiro.

FIGURA 3: FLUXO CIRCULAR POR SETORES INSTITUCIONAIS[1]



(1) REPRODUZIDO DE E. ARCHAMBAULT

DENIS C. FILHO/08/91

Este conjunto de operações entre setores institucionais pode ser detalhado e descrito por um conjunto de contas por setores institucionais, como se verá adiante.

IV - AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS PARA A NAÇÃO

Por este nome será conhecido o Novo Sistema de Contas Nacionais que o IBGE está desenvolvendo e implantando. Trata-se de um sistema completo e integrado de Contas Nacionais, de acordo com as recomendações das Nações Unidas[1], incorporando algumas inovações do Sistema Francês[2] que serão parte da nova revisão das Nações Unidas a ser aprovada em 1993.[3] Em função da forma de definir e classificar as unidades elementares do universo econômico (unidades produtivas e institucionais), e das operações a que se refiram (bens e serviços, de repartição e financeiras), estas Contas podem ser decompostas em quatro sub-blocos de Contas, que correspondem aos grupos de Contas II e III da metodologia das Nações Unidas:

O primeiro sub-bloco de contas compõe-se das contas de oferta e demanda de bens e serviços, e contas de produção e de distribuição operacional da renda por setor de atividade (Tabelas de Insumo-Produto), onde as unidades produtivas são classificadas segundo setores de atividade, e os fenômenos que medem são basicamente operações de bens e serviços (produção, consumo, formação de capital fixo, importação e exportação);

O segundo sub-bloco de contas compõe-se das contas de produção, de distribuição operacional da renda, de apropriação da renda, de uso da renda, e de capital, onde as unidades institucionais (agentes econômicos), são classificadas e agrupadas por setores institucionais;

O terceiro sub-bloco de contas compõe-se das contas financeiras (Tabelas de Operações Financeiras), classificadas por setores institucionais, mostrando as variações de aquisição de ativos e emissão de passivos financeiros;

O quarto sub-bloco de contas compõe-se das contas patrimoniais, classificadas por setores institucionais, mostrando a variação do estoque de ativos e passivos reais e financeiros.

4.1. As Contas de Oferta e Demanda de Bens e Serviços, e Contas de Produção e de Distribuição Operacional da Renda por Setores de Atividade, ou Tabelas de Insumo-Produto

---

[1] UN, SNA 1968, op.cit

[2] INSEE, Systeme Elargi..., op.cit

[3] UN - Secretariat, Revised System of National Accounts - Rev. 4, UN, New York, novembro, 1990, mimeo.

Este primeiro sub-bloco de contas decompõe, por grupos de bens e serviços, os elementos de oferta (produção interna e importação) e de demanda (utilização intermediária e final); e decompõe, por setores de atividades, as operações de consumo intermediário, de produção e distribuição operacional da renda. A figura 4 contém a Estrutura das Tabelas de Insumo-Produto já anteriormente apresentada na figura 2. No anexo 02 encontra-se a Tabela de Insumo-Produto de 1980.

Figura 4: Estrutura das Tabelas de Insumo-Produto

A	B	C
tabela de oferta de bens e serviços	tabela de consumo intermediário	tabela de demanda final

D
conta de produção e de distribuição operacional da renda

E
tabela de produção

A tabela A, de oferta, discrimina, por produto, a oferta em bens e serviços a preço de consumidor, partindo de sua origem na produção nacional e importação, a preço aproximadamente básico, adicionando a estes valores os impostos indiretos e subsídios (com sinal negativo) que recaem sobre os produtos e as margens de comércio e transporte;

A tabela B, de consumo intermediário, mostra, para cada produto, seu uso como consumo intermediário nas atividades. O total nas linhas dá, por produto, o destino para consumo intermediário. A leitura, por coluna, mostra a composição, por produto, do consumo intermediário de cada atividade, valorado a preço de consumidor;

A tabela C, de demanda final, decompõe, por produto, o consumo final das famílias e das administrações públicas, a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques e exportações, a preço de consumidor;

A tabela D, conta de produção e de distribuição operacional da renda, abre, por atividade, as operações discriminadas nestas contas, resultando na estimativa do valor adicionado (valor da produção menos consumo intermediário), e sua distribuição operacional em: remuneração dos empregados (salários e contribuições sociais), impostos e subsídios sobre a atividade e, por saldo, o excedente operacional bruto;

A tabela E decompõe o valor da produção das atividades em produtos, resultado que entra na tabela de oferta de bens e serviços (produção por produto), a preço aproximadamente básico.

Chama-se atenção para o fato de que, na publicação da Matriz de Insumo-Produto, as tabelas de consumo intermediário e de demanda final (tabela B e C) são apresentadas valoradas a preços aproximadamente básicos, com o objetivo de se obterem as relações técnico-econômicas isentas dos impostos e da margem de distribuição; além disso apresentam-se os produtos por origem nacional e importada.

4.1.1. Os Níveis de Valoração em Contas Nacionais

Para efeito de cálculo dos diversos agregados macroeconômicos, utilizam-se informações que estão em diferentes níveis de valoração. Mencionam-se abaixo apenas aqueles úteis para leitura das Tabelas de Insumo-Produto:

a) Preço de Consumidor (utilizador) - é o preço total pago pelo consumidor na aquisição de um produto como consumo intermediário ou demanda final. Este preço inclui as margens de distribuição (comércio e transporte), os impostos sobre valor adicionado (ICM e IPI) não dedutíveis, e os impostos indiretos sobre produtos e sobre atividades.

b) Preço de Produtor - é o preço de consumidor menos as margens de distribuição.

c) Preço aproximadamente Básico - é o preço do produtor menos os impostos indiretos sobre produtos, líquido dos subsídios a produtos.

As valorações acima, adotadas nas operações de bens e serviços, têm conseqüência no cálculo dos agregados obtidos por saldo.[1] De forma simplificada, no cálculo do valor adicionado das

---

[1] Ver IBGE, Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - Brasil, op. cit. pp. 13-16.

atividades, se a produção está a preço aproximadamente básico e o consumo intermediário a preço de utilizador, o valor adicionado obtido está a preço básico verdadeiro (remuneração de empregados + excedente operacional bruto + impostos - subsídios à atividade). Se desse valor retiram-se os impostos indiretos, líquido dos subsídios, sobre a atividade, chega-se ao valor adicionado ou PIB a custo de fator verdadeiro, por atividade, que, somados, resultam no PIB a custo de fator da economia. Para se chegar ao PIB a preços de mercado (pm) para a economia deve-se ainda somar ao PIB a custo de fator (cf) o total de impostos líquidos de subsídios. Assim, para o total da economia, a diferença entre o PIBpm e o PIBcf é a ocorrência de tributação por parte do Governo.

4.1.2. O Produto Interno Bruto.

Como já se mencionou, as Tabelas de Insumo-Produto representam a abertura por setores de atividades e produtos das três primeiras identidades contábeis apresentadas na seção 3. Por elas é possível proceder ao cálculo do principal agregado das Contas Nacionais - o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm):

a) Pela ótica do Produto (equação 1)

VApb = VBP-CI

PIBpm = VApb + impostos sobre produtos - subsídios a produtos

onde, VBP - Valor Bruto da Produção a preço aproximadamente básico; CI - Consumo Intermediário a preço de utilizador; VApb - Valor Adicionado a preço básico verdadeiro.

b) Pela ótica do Dispêndio ou da Utilização Final (equação 2)

PIBpm = Consumo final + formação de capital + variação de estoques + exportações - importações.

c) Pela ótica da Renda (equação 3)

PIB cf = Remuneração dos empregados + Excedente operacional bruto

PIB pb = PIBcf + Impostos - subsídios à atividade

PIB pm = PIBpb + Impostos - subsídios a produtos
ou

PIBpm = Remuneração dos empregados + excedente operacional bruto + impostos - subsídios.

4.2. As Contas não-Financeiras por Setores Institucionais

As operações econômicas não-financeiras, realizadas entre os

setores institucionais, são agrupadas em cinco contas, correspondentes ao segundo sub-bloco de Contas: de produção, de distribuição operacional da renda, de apropriação da renda, de uso de renda, e de capital. Elas representam, respectivamente, a decomposição das identidades 1, 3, 4, 5, e 6, anteriormente apresentadas, por setores institucionais, e por operações efetuadas, incluindo as relações com o Resto do Mundo, expressas na identidade 7.

O Quadro 3 contém o esquema das contas não-financeiras por setores institucionais. A Conta de Produção (identidade 1) identifica, na coluna de recursos, o valor dos bens e serviços produzido e, na de usos, os gastos incorridos no processo de produção, resultando como saldo o valor adicionado bruto.

A Conta de distribuição operacional da renda (identidade 3) tem como recurso o valor adicionado bruto, saldo da conta de produção, e os subsídios à atividade. Seu uso identifica as operações de distribuição ligadas ao processo de produção: remuneração de assalariados e impostos sobre a produção, resultando como saldo o excedente operacional bruto.

Estas duas contas, que nas Tabelas de Insumo-Produto são desagregadas por setores de atividades, constituem os elementos básicos de articulação entre as duas partes do sistema: as contas por setores de atividade a as por setores institucionais.

A Conta de Apropriação da Renda (identidade 4) tem como recursos a renda gerada no processo de produção e evidencia todo o processo de apropriação e redistribuição da renda, através do pagamento de rendimentos de propriedade, impostos sobre renda e o patrimônio, transferências correntes, etc., resultando como saldo a renda disponível bruta de cada setor institucional.

A Conta de Uso de Renda (identidade 5) tem como recurso a renda disponível bruta e identifica seu uso em Consumo Final ou Poupança Bruta, saldo desta Conta.

A Conta de Capital (identidade 6) contrapõe ao recurso de Poupança Bruta, os usos em formação de capital, resultando no saldo capacidade ou necessidade de financiamento.

As transações entre residentes e não residentes são apresentadas separadamente na Conta do Resto do Mundo (identidade 7).

Quadro 3: ESQUEMA DAS CONTAS NÃO-FINANCEIRAS POR SETORES INSTITUCIONAIS

USOS	RECURSOS
Conta de Produção	
Consumo Intermediário VALOR ADICIONADO BRUTO	Produção
Conta de distribuição operacional da Renda	
Remuneração de assalariados Outros impostos ligados à produção EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO	Valor adicionado bruto Subsídios à atividade (recebidos)
Conta de Apropriação da Renda	
Subsídios pagos	Excedente operacional bruto Remuneração de assalariados Impostos ligados à produção e importação
Rendimentos de propriedades e de atividade empresarial (juros, dividendos, etc.) Operação de seguro de acidentes Impostos correntes sobre a renda e a propriedade Contribuição de previdência Benefícios de previdência Outras transferências correntes RENDA DISPONIVEL BRUTA	
Conta de uso da Renda	
Consumo final POUPANÇA BRUTA	Renda disponível bruta
Conta de capital	
Formação bruta de capital fixo Variação de estoque Aquisição líquida de terrenos e ativos intangíveis Transferências de capital CAPACIDADE (+) OU NECESSIDADE (-) de FINANCIAMENTO	Poupança bruta

4.3. Síntese da Economia Brasileira - Contas não-Financeiras

As contas não financeiras dos setores institucionais isolados podem ser agrupados num quadro-resumo, chamado de Síntese da Economia Brasileira,[1] permitindo observar e calcular os agregados macroeconômicos do total da economia (Quadro 4). Nas suas colunas estão os resultados das Contas não-Financeiras dos setores institucionais e do resto do mundo, e a síntese das operações de bens e serviços e a coluna de total. A coluna de bens e serviços funciona como uma " conta-espelho" das contas dos setores institucionais: no lado dos usos dos setores institucionais aparece a oferta de bens e serviços, enquanto que no lado dos recursos aparece a demanda de bens e serviços, permitindo que para cada operação de bens e serviços os totais dos dois lados estejam equilibrados, tal como se verifica nas operações de repartição. A coluna de total apresenta os agregados da economia.

Nas linhas estão as operações agrupadas por tipos de contas que resultam no saldo das Contas dos setores: valor adicionado bruto, excedente operacional bruto, renda disponível bruta, poupança bruta e a capacidade ou necessidade de financiamento, agregados macroeconômicos fundamentais.

Este Quadro de Síntese permite que se calcule o PIB pelas três óticas, da mesma forma que foi feito a partir das operações de bens e serviços na Tabela de Insumo-Produto. No anexo 3 encontra-se a Síntese da Economia Brasileira para 1980.

4.4. As Contas Financeiras

O terceiro sub-bloco de contas corresponde às Contas Financeiras. Através delas, é possível identificar a operação financeira por intermédio da qual os setores institucionais carentes de recursos para seus gastos (consumo ou investimento) têm acesso aos recursos excedentes dos demais setores. Corresponde à abertura da identidade 8 da seção 3, por setores institucionais e por operações ativas e passivas.

As operações financeiras que realizam uma transferência de recursos dos agentes superavitários para os deficitários podem se dar diretamente de um setor institucional para outro ou através de agentes especializados nessa tarefa (com essa função principal), que são classificados como instituições financeiras. A subscrição de ações de uma empresa pelas famílias ou outras empresas é um exemplo do primeiro caso, e o empréstimo bancário a uma empresa ou família, um exemplo do segundo caso.

---

[1] Trata-se de um nome provisório para este quadro. A Rev. 4 do SNA propõe, atualmente, chamar este quadro de Contas Econômicas Integradas.

QUADRO 4: ESQUEMA DA TABELA DE SÍNTESE DOS SETORES INSTITUCIONAIS(*)

	DEMANDA				OPERAÇÕES E SALDOS	OFERTA				
CONTAS	SETORES INSTITUCIONAIS	RESTO DO MUNDO	BENS E SERVIÇOS OFERTA	TOTAL		SETORES INSTITUCIONAIS	RESTO DO MUNDO	BENS E SERVIÇOS DEMANDA	TOTAL	CONTAS
					Valor agregado					
					Excedente Operacional bruto					
					Renda Disponível					
					Poupança					
					Capacidade ou necessidade de financiamento					
					TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO-FINANCEIRAS					

(*) Restrito as operações não-financeiras

No Brasil, adotando o critério de homogeneidade dos ativos financeiros, classificam-se as instituições financeiras nos seguintes subsetores:[1] Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Bancos Comerciais, Sistema Financeiro da Habitação, Sistema de Bancos de Desenvolvimento, Bancos de Investimento, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Arrendamento Mercantil, e Sistema de Intermediação e Administração de Títulos e Valores Mobiliários.

As operações financeiras são aquelas relativas à criação e circulação de meios de pagamentos na economia. A despeito de que a toda operação de bens e serviços e de repartição corresponde, além de um aspecto não-financeiro, um aspecto financeiro (um movimento de moeda ou de crédito), nas contas financeiras registram-se apenas os fluxos líquidos dessas operações (o aumento ou diminuição dos ativos financeiros).

Pelas Contas não-financeiras por setores institucionais chega-se a um saldo final que identifica algo mais do que a identidade Investimento = Poupança interna + poupança externa, vista de forma consolidada. De fato é possível identificar também os agentes econômicos que após realizarem seus gastos totais possuem recursos excedentes, que significam uma capacidade de financiar agentes que tiveram necessidade desse financiamento por carência de recursos para os gastos que realizaram. Através deste saldo faz-se a ligação das contas não-financeiras com as contas financeiras.

O quadro 5 mostra um esquema da Síntese da Economia Brasileira Completa, com as Contas Financeiras.

Nas Contas Financeiras registram-se os fluxos financeiros entre agentes econômicos que se originam por movimentos de meios de pagamentos ou de criação de dívidas. Logo, ao invés de usos e recursos, fala-se em: operações ativas (fluxo líquido de créditos) e operações passivas (fluxo líquido de débitos). Os fluxos líquidos de operações ativas (empréstimos concedidos menos amortizações) são lançados no ativo, enquanto que os fluxos líquidos de operações passivas (criação de dívidas menos liquidações) são lançados no passivo. A nível global das Contas Financeiras , o aumento de ativos de um setor institucional corresponde ao aumento de passivos de outro.

---

[1] Ver BACEN/REPEC/DERJA, Relatório nº 1 do Grupo de Trabalho de Contas Financeiras, julho 1988, mimeo.

QUADRO 5: ESQUEMA DA SÍNTESE DA ECONOMIA BRASILEIRA COMPLETA

CONTAS	USOS: SETORES INSTITUCIONAIS	USOS: RESTO DO MUNDO	USOS: B e S	USOS: TOTAL	OPERAÇÕES E SALDOS	USOS: SETORES INSTITUCIONAIS	USOS: RESTO DO MUNDO	USOS: B e S	USOS: TOTAL	CONTAS
1										1
2										2
3										3
4										4
5					Capacidade ou Necessidade de Fin.					5
					TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO-FINANCEIRAS					
	FLUXO LÍQUIDO DE CRÉDITOS					FLUXO LÍQUIDO DE DÉBITOS				
C					Meios de Pagamento Internacionais					C
O					Meios de Pagamento Nacionais					O
N										N
T					Depósitos Não Monetários					T
A										A
					Títulos de Renda Fixa					
F										F
I					Títulos de Renda Variável					I
N										N
A					Empréstimos					A
N										N
C					Créditos Comerciais					C
E										E
I					Reservas Técnicas de Seguro					I
R										R
A					Saldo de Débitos e Créditos					A
					TOTAL DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
					AJUSTAMENTO *					

NOTA: * Diferença usualmente encontrada entre o total das operações não-financeiras e o total das operações financeiras.

Note-se que não se registram nas Contas Financeiras modificações no valor dos ativos e passivos financeiros devido a variações de preços. Estas variações, sem dúvida, modificam o patrimônio dos setores institucionais, mas não são fluxos financeiros e sim patrimoniais, como se verá adiante.

4.5. As Contas Patrimoniais

As Contas Patrimoniais correspondem ao quarto sub-bloco de Contas. Elas detalham por setores institucionais e por operações patrimoniais ativas e passivas a identidade 9 da seção 3, permitindo descrever a articulação dos fluxos de ativos e passivos financeiros.

O conceito de patrimônio repousa sobre o direito de propriedade. É definido como o estado dos haveres (tangíveis, intangíveis, créditos), e dos débitos de um agente econômico, num momento dado. Usualmente adota-se uma concepção muito restrita de patrimônio: a de patrimônio mercantil. Ele é, portanto, apropriado por um determinado agente.

O patrimônio compreende, portanto: os ativos tangíveis (imóveis, máquinas, etc.), os ativos intangíveis (patentes, etc.), e ativos financeiros (moeda, títulos diversos, etc.). Exclui o meio físico natural (recursos não renováveis, florestas, etc.), e os bens duráveis de consumo das famílias (automóveis, etc.), à exceção das suas edificações residenciais.

O Quadro 6 mostra um esquema de Contas Patrimoniais que são um complemento da Síntese da Economia. Cada Setor Institucional inicia com um patrimônio de abertura e finda com um patrimônio de fechamento. A ligação entre os dois é dada pela variação patrimonial, que pode-se fazer por duas formas: variação efetiva (ganhos ou perdas) de patrimônio, ou sua reavaliação. A variação efetiva do patrimônio se dá através da acumulação ou depreciação de capital real (conta de Capital), e/ou acumulação ou perda financeira (conta financeira). A reavaliação do patrimônio representa ganhos ou perdas de capital, virtual ou realizada, devido, principalmente, a variações dos preços de mercado dos bens patrimoniais. Pode, também, ocorrer em razão de destruição, perdas ou expropriações.

4.6 Os Quadros Complementares.

Além dos quadros básicos referidos anteriormente, o NSCN-IBGE apresenta diversos quadros complementares. Assim é que são apresentados quadros referentes às contas intermediárias do setor institucional Empresas, separando as empresas privadas das públicas, por categorias de usos e por setores de atividade econômica. Os quadros dos setores institucionais Administrações Públicas, Instituições Financeiras, Seguros e Famílias são apresentados subdivididos em detalhes. Apresenta-se, também, uma Tabela de Formação Bruta de Capital Fixo detalhada por setor institucional e por categorias de bens. Há, finalmente, Tabelas de Pessoal Ocupado por categoria de ocupação, por setor de atividade e por setor institucional.

QUADRO 6: ESQUEMA DA CONTA PATRIMONIAL

CONTA	ATIVOS: SETORES INSTITUCIONAIS RESIDENTES	ATIVOS: R M	ATIVOS: RESIDENTES	ATIVOS: TOTAL	OPERAÇÕES E SALDOS	ATIVOS: SETORES INSTITUCIONAIS RESIDENTES	ATIVOS: R M	ATIVOS: RESIDENTES	ATIVOS: TOTAL	CONTA
					Patrimônio de abertura					
					.ativos não financeiros					
					.ativos e passivos financeiros					
P					.valor líquido					P
A					Variação do patrimônio					A
					.poupança líquida e transfe-					
T					rências líquidas de capital					T
					.elementos de reavaliação					
R					-reavaliação de ativos não					R
					financeiros					
I					-reavaliação de ativos e					I
					passivos financeiros					
M										M
					Patrimônio de fechamento					
Ô					.ativos não financeiros					Ô
					-estoques					
N					-ativos fixos					N
					-outros					
I					.ativos e passivos financeiros					I
					.valor líquido					
O										O

Podem-se ainda estabelecer contas-satélites para algumas atividades ou funções de forma a se tê-las com maior detalhamento.

4.7. Situação Atual das Contas Econômicas Integradas para a Nação

Como já mencionado, este Novo Sistema de Contas Nacionais vem sendo desenvolvido e implantado no IBGE. Devido a sua complexidade, e exigência de um sistema estatístico mais completo, isto ocorre necessariamente num prazo que permita o treinamento da equipe e o desenvolvimento de novas estatísticas com detalhamento pertinente.

Este trabalho iniciou-se em 1985, quando ficaram disponíveis os Censos do ano de 1980 (Demográfico e Econômicos). Desenvolveu-se uma metodologia e construiu-se, até maio de 1988, o ano-base de 1980 das contas não-financeiras (por setor de atividade e institucional). De lá em diante até dezembro de 1990 desenvolveu-se uma metodologia de séries correntes, também para contas não-financeiras, com resultados para o período 1981-85.

Paralelamente iniciou-se junto ao Banco Central um processo de integração e de assistência técnica visando à construção de Contas Financeiras a partir do ano de 1985, quando as informações sobre os instrumentos financeiros estavam disponíveis ou eram passíveis de recuperação no detalhamento necessário.

Até o final do corrente ano objetiva-se ter um novo ano-base 1985 com contas não-financeiras por setor de atividade (Tabela de Insumo-Produto) e por setores institucionais, e as contas financeiras. Até o final de 1992 pretende-se ter o período 1980-1990 completo divulgado ao público de forma a ter-se o sistema em operação corrente a partir daí.

Não há, entretanto, previsão para a implantação do sub-bloco de contas patrimoniais.

V - CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO

Estas contas correspondem ao grupo I das Contas Normalizadas preconizadas pelas Nações Unidas no SNA, 1968, para países cujo sistema estatístico tem abrangência limitada. No Brasil sua metodologia de cálculo foi desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas no início dos anos 50, com uma série que remonta a 1947.[1] Passou por uma série de aperfeiçoamentos até 1986, quando o IBGE assumiu a tarefa deste cálculo. No presente momento representa o cálculo oficial das Contas Nacionais brasileiras e, quando o Novo Sistema que o IBGE está desenvolvendo estiver em

---

[1] IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, série Estatísticas Retrospectivas, vol. 3, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

operação, apresentará os resultados preliminares, graças a sua menor complexidade e à agilidade que se está buscando lhe dar.

Este grupo de quatro contas consolidadas resume as relações fundamentais do processo econômico: produção, consumo, acumulação e relações com o exterior. São contas completamente articuladas a que se chega através da consolidação das contas detalhadas apresentadas na seção anterior. De fato, grandes simplificações são feitas: omitem-se e agrupam-se contas, e consolidam-se operações entre atividades e agentes econômicos.[1]

As quatro contas, dispostas no quadro 7, são: Conta do Produto Interno Bruto, Conta da Renda Nacional Disponível, Conta de Capital, e Conta de Transações Correntes com o Resto do Mundo. Sua apresentação, no Brasil, não é na forma de T da contabilidade; assim é que registra na parte superior, até o primeiro total, os usos (ou débito, ou saídas), e na parte inferior, os recursos (ou créditos, ou entradas).

A Conta 1, do Produto Interno Bruto, agrupa operações das contas de Produção (1), de distribuição e apropriação da Renda (2 e 3), e de Capital (5), novo do sistema, identificando algumas operações dos setores institucionais mas não entre eles.

Registra, como recursos, o PIB pela ótica da utilização final ou do dispêndio, discriminando os gastos de consumo final (das famílias e das administrações públicas), a formação bruta de capital (fixo + variação de estoques), as exportações e, com sinal negativo, as importações de bens e serviços. Como usos, discrimina o PIB pela ótica da renda, aparecendo a remuneração dos assalariados, o excedente operacional bruto (já que no Brasil não se calcula o consumo de capital fixo), e os impostos indiretos líquidos de subsídios.

A Conta 2, da Renda Nacional Disponível, consolida as operações da conta de distribuição operacional da renda (2), da conta de apropriação da renda (3), e da conta de uso da renda (4), do sistema completo. Registra, como recursos, as rendas primárias internas (remuneração de empregados e excedente operacional bruto), as remunerações líquidas (entradas-saídas) dos empregados recebidas do resto do mundo, outras remunerações líquidas (recebimentos - pagamento de serviços de fatores), recebidas do resto do mundo, os impostos indiretos, líquidos de subsídios, e as transferências unilaterais líquidas (recebidas-pagas), do resto do mundo. Como usos, registra o dispêndio em consumo final e o saldo de poupança.

---

[1] Evidentemente, no processo de cálculo, estas contas não partem de operações detalhadas, previamente calculadas, como proposto pelas contas desconsolidadas do Novo Sistema. De fato, os cálculos são feitos já consolidados, a partir dos dados primários.

QUADRO 7: ESQUEMA DAS CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO

CONTA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

OPERAÇÕES E SALDOS

1.1 - Produto interno bruto, a custo de fatores (2.4)
1.1.1 - Remuneração dos empregados (2.4.1)
1.1.2 - Excedente operacional bruto (2.4.2)
1.2 - Tributos indiretos (2.7)
1.3 - Menos: subsídios (2.8)

Produto interno bruto

Consumo final (1.4+1.5)
1.4 - Consumo final das famílias (2.1)
1.5 - Consumo final das administrações públicas (2.2)
1.6 - Formação bruta de capital fixo (3.1)
1.7 - Variação de estoques (3.2)
1.8 - Exportação de bens e serviços (4.1)
1.9 - Menos: importação de bens e serviços (4.5)

Dispêndio correspondente ao produto interno bruto

CONTA 2 - RENDA NACIONAL DISPONÍVEL BRUTA

OPERAÇÕES E SALDOS

Consumo final (2.1+2.2)
2.1 - Consumo final das famílias (1.4)
2.2 - Consumo final das administrações públicas (1.5)
2.3 - Poupança bruta (3.3)

Utilização da renda nacional disponível bruta

2.4 - Produto interno bruto, a custo de fatores (1.1)
2.4.1 - Remuneração dos empregados (1.1.1)
2.4.2 - Excedente operacional bruto (1.1.2)
2.5 - Remuneração de empregados, líquida, recebida do resto do mundo (4.2 - 4.6)
2.6 - Outros rendimentos, líquidos, recebidos do resto do mundo (4.3 - 4.7)
2.7 - Tributos indiretos (1.2)
2.8 - Menos: subsídios (1.3)
2.9 - Transferências unilaterais, líquidas, recebidas do resto do mundo (4.4 - 4.8)

Apropriação da renda nacional disponível bruta

CONTA 3 - CONTA DE CAPITAL

OPERAÇÕES E SALDOS

3.1 - Formação bruta de capital fixo (1.6)
3.1.1 - Construção
3.1.1.1 - Administrações públicas
3.1.1.2 - Empresas e famílias
3.1.2 - Máquinas e equipamentos
3.1.2.1 - Administrações públicas
3.1.2.2 - Empresas e famílias
3.1.3 - Outros
3.2 - Variação de estoques (1.7)

Total da Formação Bruta de Capital

3.3 - Poupança bruta (2.3)
3.4 - Menos: saldo em transações correntes com o resto do mundo (4.9)

Financiamento da Formação Bruta de Capital

CONTA 4 - TRANSAÇÕES CORRENTES C/O RESTO DO MUNDO

OPERAÇÕES E SALDOS

4.1 - Exportação de bens e serviços (1.8)
4.2 - Remuneração de empregados recebida do resto do mundo (2.5 + 4.6)
4.3 - Outros rendimentos recebidos do resto do mundo (2.6 + 4.7)
4.4 - Transferências unilaterais recebidas do resto do mundo (2.9 + 4.8)

Recebimentos correntes

4.5 - Importação de bens e serviços (1.9)
4.6 - Remuneração de empregados paga ao resto do mundo (4.2 -2.5)
4.7 - Outros rendimentos pagos ao resto do mundo (4.3 - 2.6)
4.8 - Transferências unilaterais pagas ao resto do mundo (4.4 - 2.9)
4.9 - Saldo das transações correntes com o resto do mundo (3.4)

Utilização recebimentos correntes

A Conta 3, de Capital, refere-se à conta 5 do sistema amplo, (sem as transferências de capital), registrando como recursos para financiamento da formação de capital, a poupança interna bruta e a poupança externa (saldo em transações correntes com o resto do mundo). Como uso discrimina os itens que compõem a Formação Bruta de capital: formação de capital fixo e variação de estoques.

A Conta 4, de Transações Correntes com o Resto do Mundo, reproduz a respectiva coluna do sistema amplo. Construída sob a ótica do Resto do Mundo é o reverso da Conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos do País. Assim é que como recursos são registradas as importações de bens e serviços, as remunerações de empregados e outros rendimentos pagos ao resto do mundo e o saldo em transações correntes com o resto do mundo que totalizam a utilização pelo País dos recursos recebidos do resto do mundo.

Como uso registram-se as exportações de bens e serviços, as remuneração de empregados e outros rendimentos recebidos do resto do mundo, e as transferências unilaterais recebidas do resto do mundo que totalizam os pagamentos do Resto do Mundo ao País.

Segundo a recomendação das Nações Unidas, as contas de Capital e de Transações com o Resto do Mundo deveriam incluir as transações referentes ao financiamento e aos movimentos internacionais de capital, conforme o quadro 8 mostra. No Brasil vigora ainda a versão simplificada exposta no quadro 7. Procura-se atualmente incluir aquelas operações para completar as contas consolidadas.

Acompanham as quatro contas consolidadas-padrão, 9 quadros complementares:

Quadro 5: Produto Interno Bruto, Valores total e "Per Capita" - População Residente e Deflator Implícito.

Quadro 6: Produto Interno e Nacional Bruto e Renda Nacional Disponível Bruta.

Quadro 7: Produto Interno Bruto a Custo de Fatores, segundo as Classes e Ramos de Atividade Econômica.

Quadro 8: Conta Corrente das Administrações Públicas.

Quadro 9: Indices Anuais de Variação do Produto Real, segundo as Classes e os Ramos de Atividade Econômica.

Quadro 10: Produto Interno Bruto (PIB) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Quadro 11: Formação Bruta de Capital Fixo - Máquinas e Equipamentos.

Quadro 12: Produto Interno Bruto a Custo de Fatores da Indústria de Transformação.

Quadro 13: Produto Interno Bruto e Renda Interna Bruta a Preços Constantes.

É importante notar que o quadro complementar 8, de Conta Corrente das Administrações Públicas, que anteriormente compunha um sistema de 5 contas interligadas, a bem do rigor metodológico, passou, a partir de 1986, a ser publicado destacado do sistema padrão.

Como já explicado, para o Novo Sistema passa-se a contar a partir de 1992 com contas por setores de atividades (Tabelas de Insumo-Produto), anuais, projetadas, possíveis de serem obtidas em torno do mês de maio do ano seguinte ao de referência. Com isso, a partir de então será possível construir as Contas Consolidadas a partir das Tabelas de Insumo-Produto, projetadas, que passarão a estar integradas com as Contas Consolidadas, proposta básica do SNA-68.[1] Uma vantagem adicional desse procedimento será a melhor qualidade dos agregados macroeconômicos gerados a partir da metodologia de equilíbrio de oferta e demanda de bens e serviços.

5.1. Situação Atual das Contas Consolidadas

Conta-se, atualmente, com uma série atualizada das quatros contas-padrão, iniciando em 1947, embora os quadro complementares difiram, sendo mais numerosos e detalhados nos períodos mais recentes. Sua atualização passará a ser feita a partir deste ano, no mês de junho, tendo como referência o ano anterior. As revisões são feitas permanentemente, quer por atualização de informações básicas, quer por aperfeiçoamentos metodológicos.

VI - PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL

Atendendo à crescente demanda de indicadores de curto prazo para acompanhamento do desempenho da economia brasileira, o IBGE, com a colaboração do IPEA, desenvolveu e implantou um processo de trimestralização dos resultados do PIB real anual segundo a metodologia das Contas Consolidadas. A série encontra-se disponível de 1980 em diante e divulga indicadores do produto físico segundo as principais atividades econômicas.[2]

---

[1] Note-se que precisa-se adicionalmente, apenas, das Contas Correntes das Administrações Públicas, das instituições financeiras e de seguros, e do Balanço de Pagamentos, disponíveis à mesma época.

[2] Ver classificaçação de atividades do quadro 1 e IBGE, Produto Interno Bruto Trimestral, Brasil, série Relatório Metodológicos, volume 9, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

Quadro 8: CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO - CONTAS DE CAPITAL E TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR COMPLETAS

CONTA 3: CONTA DE CAPITAL COMPLETA

USOS	RECURSOS
3.1. Formação Bruta de Capital fixo (1.6) 3.2. Variação estoques (1.7) 3.5. Compras líquidas de ativos não físicos não financeiros do R.M.(4.13) 3.6. Empréstimos líquidos ao R.M. (3.9)	3.3. Poupança bruta (2.3) 3.4. Menos: saldo em transações correntes com o R.M (4.9) 3.7. Transferências líquidas de capital ao R.M. (4.11)
Acumulação bruta interna	Financiamento da acumulação bruta interna
3.8. Aquisição líquida de ativos financeiros (4.14 + 3.10 - 4.12)	3.9. Empréstimos líquidos ao R.M. (3.6) 3.10 Emissão líquida de passivos (4.12 + 3.8 - 4.14)
Aquisição líquida de ativos financeiros	Emissão líquida de passivos mais empréstimos líquidos ao R.M.

CONTA 4: CONTA DE TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR COMPLETA

USOS	RECURSOS
Transações Correntes	
4.1. Exportações de Bens e Serviços (1.8) 4.2. Remunerações de empregados recebidas do R.M. (2.5 + 4.6) 4.3. Outros rendimentos recebidos do R.M (2.9 + 4.8) 4.4. Transferências Unilaterais recebidas do R.M. (2.9 + 4.8)	4.5. Importação de Bens e Serviços (1.9) 4.6. Remuneração de empregados pagas ao R.M. (4.2 - 2.5) 4.7. Outros rendimentos pagos ao R.M. (4.3 + 2.3) 4.8. Transferências Unilaterais pagas ao R.M. (4.4 - 2.9) 4.9. Saldo das transações correntes com o R.M. (3.4)
Recebimentos Correntes	Utilização dos Recebimentos Correntes
Transações de Capital	
4.10 Saldo em transações correntes com o R.M. (4.9) 4.11 Transferências líquidas de capital procedentes do R.M. (3.7) 4.12 Emissão líquida de passivos estrangeiros (3.10 - 3.8 + 4.14)	4.13 Compras líquidas de ativos não físicos não financeiros do R.M. (3.5) 4.14 Aquisições líquidas de ativos financeiros estrangeiros (3.8 - 3.10 + 4.12)
Recebimentos	Pagamentos

Devido à falta de informação adequada para algumas atividades, trata-se de uma estimativa com permanentes atualizações, em virtude da constante revisão de dados por outros mais atuais ou mais adequados para medir o fenômeno. A par disso, metodologias mais complexas estão em teste para mensuração de atividades com dificuldade para terem sua produção trimestralizada. Trata-se de uma informação de fácil manuseio, gerando resultados com razoável agilidade: pode-se ter uma primeira estimativa um mês após o término do trimestre com cerca de 70% da composição total do PIB e o resultado completo até o dia 25 do segundo mês consecutivo ao término do trimestre.

Passos programados para ampliação destes resultados são o cálculo trimestral da formação bruta de capital fixo e a trimestralização das quatro contas-padrão. Como subproduto passar-se-á a contar com um indicador trimestral de exportações e de importações.

VII. - PIB POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

A despeito de ser desejável se ter contas de Produção e de Capital por Unidade da Federação, a disponibilidade de informações não permite, no momento, o seu cálculo anual para a maioria dos Estados.

O IBGE, atendendo à determinação do Tribunal de Contas da União, para efeito da distribuição do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios das Capitais, calcula o PIB por Unidade da Federação nos anos de Censos Econômicos. Nestes anos garante-se que os dados são homogêneos e completos, permitindo a aplicação de metodologia uniforme.

Paralelamente, o IBGE está desenvolvendo um programa de assistência técnica aos Estados, visando ampliar e melhorar o sistema estatístico, de forma a permitir o cálculo de indicadores macroeconômicas anuais, chegando-se, nos Estados com melhores estatísticas, à obtenção de uma conta produção e de capital.

Atualmente estão disponíveis os cálculos do PIB por Unidades da Federação para os anos de 1970, 75, 80 e 85, baseados em metodologia compatível com o cálculo nacional.[1]

---

[1] Ver IBGE, Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - Brasil, op. cit.

VIII - MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO

A Matriz de Insumo-Produto do IBGE de 1980 - MIP-IBGE-80 é parte fundamental do Novo Sistema de Contas Nacionais do IBGE - NSCN - IBGE e apresenta alterações metodológicas em relação às matrizes anteriormente publicadas, 1970 e 1975, especialmente no que concerne ao conceito de produção. Em 1980, adotou-se conceito amplo de produção com a finalidade de se estimar por exemplo a parcela da economia não registrada nos censos econômicos.

A metodologia do NSCN apresenta o conjunto de Tabelas de Insumo-Produto como parte integrante do Sistema de Contas Nacionais, e que é usado como matéria-prima para o desenvolvimento do modelo de insumo-produto. No entanto existem três diferenças fundamentais entre esse conjunto e as tabelas básicas do modelo de insumo-produto, a saber:

(i) nas Tabelas de Insumo-Produto o consumo intermediário e a demanda final são apresentados valorados a "preços de consumidor", enquanto nas tabelas básicas do modelo de insumo-produto a valoração adotada é "preço aproximadamente básico";

(ii) nas Tabelas de Insumo-Produto não há a preocupação de separar a demanda por origem importada ou nacional; no modelo isto é feito visando a permitir trabalhos que adotem hipóteses com relação à substituição de importação (procedimento já adotado nas matrizes anteriores);

(iii) nas Tabelas de Insumo-Produto o consumo intermediário engloba inclusive o consumo de materiais não ligados diretamente à produção; no modelo de Insumo-Produto foram usados o "dummy reparação" e o "dummy empresa" visando a eliminar do coeficiente técnico esse consumo.

A passagem das tabelas básicas do modelo para as matrizes de insumo-produto envolve a adoção de hipóteses que permitam transformar tabelas básicas que organizam informações do tipo atividade/produto (ou produto/atividade) em tabelas do tipo atividade/atividade ou produto/produto. As hipóteses adotadas são as mesmas das matrizes anteriores publicadas pelo IBGE e estão descritas em documento próprio.[1]

---

[1] Ver IBGE, Matriz de Insumo-Produto, Brasil, 1980, série Relatório Metodológico, vol. 7, IBGE, Rio de Janeiro, 1989.

As tabelas básicas da matriz de insumo-produto são uma forma de se dispor das estatísticas relativas à produção e ao consumo, para um determinado ano. Os dados estatísticos sobre os fluxos anuais de bens e serviços podem ser organizados conforme o quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	PRODUTOS NACIONAIS	ATIVIDADES PRODUTIVAS	DEMANDA FINAL	VALOR DA PRODUÇÃO
Produtos nacionais.....		Un	En	q
Produtos importados....		Um	Em	
Atividades produtivas..	v			g
Impostos indiretos.....		Tp	Te	
Renda gerada.....		Y		
Valor da produção.....	q'	g'		

A notação usada neste quadro tem os seguintes significados:[1]

- as letras maiúsculas representam matrizes e as letras minúsculas vetores-coluna, sendo os vetores-linha expressos por letras minúsculas com apóstrofo;

v - é a matriz que contém os valores de produção dos produtos segundo a atividade de origem;

q - é o vetor dos valores de produção dos produtos;

Un - é a matriz dos valores de consumo intermediário de produtos nacionais;

Um - é a matriz dos valores do consumo intermediário de produtos importados;

En - é a matriz dos valores dos produtos nacionais destinados à demanda final;

Em - é a matriz dos valores dos produtos importados destinados à demanda final;

Tp - é a matriz dos valores dos impostos indiretos e subsídios associados a produtos, incidentes sobre os bens e serviços absorvidos (insumo) pelas atividades produtivas;

Te - é a matriz dos valores dos impostos e subsídios associados a produtos, incidentes sobre os bens e serviços absorvidos pela demanda final;

---

[1] A partir dessas notações e utilizando cálculos matriciais desenvolve-se o modelo matemático apresentado em IBGE, Matriz de Insumo-Produto, Brasil, 1980, op.cit.

g - é o vetor dos valores da produção por atividades;

Y - é a matriz de renda gerada pelas atividades produtivas.

A MIP-IBGE-80 apresenta as seguintes dezesseis tabelas:

Tabela 1 - Produção - Essa tabela apresenta o valor de produção, a preço aproximadamente básico, em milhões de cruzeiros de 1980. Ao longo da linha lê-se a produção por produto de uma atividade, sendo a última coluna o total da produção da atividade: e ao longo da coluna a procedência, por atividade, de cada produto, sendo a última linha a produção por produto.

Tabela 2 - Insumo das atividades e demanda final - Na linha desta tabela lê-se o destino de cada produto valorado a preço aproximadamente básico e em milhões de cruzeiros de 1980. Na coluna tem-se a estrutura de consumo intermediário das atividades, assim como a distribuição operacional da renda gerada, e a composição por produto de cada elemento da demanda final.

Tabela 3 - Consumo intermediário e demanda final, importados - De leitura semelhante à Tabela 2, para os produtos de origem importada, e valorada a preço aproximadamente básico (o preço CIF da importação equivale a esse nível de valoração). Essa tabela corresponde à abertura (desagregação) da linha de produtos importados da Tabela 2.

Tabela 4 - Impostos indiretos líquidos - De leitura semelhante à Tabela 2, identifica a incidência de impostos líquidos de subsídios sobre cada produto consumido pelas atividades e demanda final.

Tabela 5 - Margem de distribuição - De formato semelhante à tabela anterior, identifica as margens de comércio e transporte associado aos produtos consumidos pelas atividades e demanda final. Deve-se observar que o total dessa tabela é inferior à soma do valor de produção dos produtos margem de comércio e transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário e aéreo apresentado na Tabela 1. Isso porque, ao nível de agregação apresentado, esses produtos englobam produtos que não são "margens" mas "serviços".

Tabela 6 - Estrutura de insumo das atividades - Esta tabela é calculada pela divisão dos insumos pelo total do valor da produção por atividade, a partir da Tabela 2.

Tabela 7 - Estrutura de consumo intermediário, importado - Essa tabela é calculada pela divisão dos insumos importados pelo total do valor da produção por atividade, a partir da Tabela 3.

Tabela 8 - Matriz de coeficientes técnicos (atividade x atividade) - Essa matriz é construída a partir da adoção das hipóteses de "tecnologia de indústria" e "market-share".

Tabela 9 - Matriz de Leontief ou de impacto - Essa matriz é calculada pela inversão da matriz de coeficientes técnicos. Cada coeficiente dessa matriz indica o aumento de produção da atividade

na linha, necessário para atender a um aumento de uma unidade monetária na demanda final da atividade indicada na coluna.

Tabela 10 - Impacto sobre o consumo intermediário importado das atividades - Essa matriz é resultado da multiplicação da Tabela 7 pela matriz de Leontief. Os coeficientes das colunas indicam os efeitos diretos e indiretos sobre a importação de insumos, resultantes da variação de uma unidade monetária da demanda final por atividade.

Tabela 11 - Efeitos diretos e indiretos da demanda final sobre a produção - Esta tabela mostra os efeitos diretos e indiretos de cada categoria de demanda final sobre a produção das atividades. Os valores encontrados na coluna de total da demanda final não são iguais aos valores de produção das atividades pela exclusão do "dummy financeiro" das categorias de demanda final.

Tabela 12 - Emprego e coeficientes de geração de emprego - Os coeficientes diretos de emprego são obtidos pela divisão do emprego na atividade pelo seu valor da produção. Os coeficientes diretos mais indiretos são obtidos multiplicando o valor de coeficientes diretos de emprego pela matriz de Leontief e representam a geraçào direta mais indireta de emprego por unidade de demanda final de cada atividade (na linha).

Tabela 13 - Formação bruta de capital fixo - Essa tabela apresenta, por categoria de bens, a formação de capital fixo das atividades.

Tabela 14 - "DE" - Tabela do modelo resultante da aplicação das hipóteses de "market-share" e subprodutos, permite, além do cálculo do modelo, a transformação da demanda final por produto em demanda final por atividade.

Tabela 15 - Consumo intermadiário - NSCN (Novo Sistema de Contas Nacionais) - Essa tabela apresenta, a preço de consumidor, sem distinção entre origem (nacional e importada) e sem os dummies já mencionados anteriormente, o consumo intermediário das atividades. Essa tabela não tem relação com o modelo e está sendo divulgada em função do término da metodologia do NSCN - ano-base 1980.

Tabela 16 - Demanda final - NSCN (Novo Sistema de Contas Nacionais) - Essa tabela é a continuação da tabela anterior, para demanda final.

Todas essas tabelas são disponíveis ao nível 50 e ao nível 100 da classificação.1

IX - O ENSINO DE CONTAS NACIONAIS

As mudanças em andamento nas Contas Nacionais Brasileiras necessitarão de resposta condizente na área do ensino

---

1 Ver IBGE, Matriz de Insumo-Produto, Brasil, 1980, op.cit.

universitário. De fato, a maior parte dos cursos de contas nacionais tem uma organização adequada à metodologia de contas nacionais de 1952. Poder-se-ia dizer que eles respondem ao que existe em termos de contas nacionais no país. Entretanto, essa acomodação por parte dos professores universitários não permitiu que se formulassem pressões de usuários por um sistema de contas de melhor qualidade. Uma dedicação mínima que fosse, por exemplo em conhecer o SNA-68, poderia significar críticas e pressões que buscassem pelo menos integrar as Matrizes de Insumo-Produto com as Contas Nacionais.

A falta dessa pressão interna, a questão foi levantada pelo Banco Mundial que através de um relatório recomendou a passagem das Contas Nacionais para o órgão de estatísticas e aportou recursos que apóiam a atual reformulação. Paralelamente o próprio IBGE iniciou com o apoio do INSÉÉ um programa visando ampliar seus esforços anteriores de construção de Matrizes de Insumo-Produto, integrado-as com as Contas Nacionais, segundo a concepção de 68 com os avanços desenvolvidos na França.

Atualmente os livros-textos disponíveis em português, visando o curso de graduação de economia, na área de contas nacionais, têm a seguinte estrutura: (i) adotam a concepção de ensino de Macroeconomia, partindo de uma economia fechada, sem governo e sem acumulação; (ii) iniciam mostrando como se passa dos registros contábeis para uma consolidação em operações de contas nacionais; (iii) montam progressivamente as Contas Consolidadas, relaxando as hipóteses anteriormente adotadas, introduzindo o governo e o comércio exterior e admitindo a acumulação de capital; (iv) Finalizam com um capítulo de Matriz de Insumo-Produto aparentemente sem qualquer relação com as contas nacionais.

É necessário uma alteração radical nessa estrutura de ensino de contas nacionais. É necessário assumir definitivamente que trata-se de uma disciplina a ser administrada no início do curso de economia, em seguida e em continuação ao curso de introdução à economia.[1] Ele tem excelente perfil para se ensinar as relações econômicas entre agentes e atividades.

A primeira unidade do curso deve ter cuidado em mostrar as inter-relações existentes entre as diversas estatísticas, as questões de classificação e de valoração, e alguns conceitos básicos de contas nacionais.

A unidade seguinte seria dedicada a uma visão ampla e geral das contas nacionais brasileiras com uma explicação do tipo da contida neste artigo.

A unidade a seguir deveria contemplar o ensino das tabelas de insumo-produto, iniciando-se com uma economia fechada,

---

[1] Embora seja essa situação atual, vez por outra discute-se que esta disciplina seria mais adequada no meio do curso, como aliás se alega para todas as disciplinas. Com isso ficaria difícil de se ter disciplinas para os primeiros anos do curso.

sem governo, e com toda a produção tendo apenas o consumo como destinação final. Nessa primeira versão da economia existiriam apenas dois agentes econômicos: famílias e empresas. Seriam apresentadas apenas as duas primeiras contas por setor institucional: conta de produção e de distribuição operacional da renda para cada um deles e a tabela de síntese correspondente.

A unidade seguinte cuidaria de introduzir o Governo na economia: além das alterações nas tabelas de insumo-produto, acrescentar-se-ia a conta de apropriação da renda.

A unidade seguinte se ocuparia de mostrar que parte da produção é poupada e investida, procedendo-se as alterações pertinentes das tabelas de insumo-produto e a introdução da conta de uso da renda e de capital.

A próxima unidade cuidaria de abrir a economia, completando-se as tabelas de insumo-produto e as contas não-financeiras por setores institucionais, com a introdução das transações com o Resto do Mundo.

A unidade a seguir deveria mostrar as Contas Consolidadas para a Nação como uma simplificação do sistema amplo e sua natural integração com as tabelas de insumo-produto.

A seqüência natural das contas para o sistema completo seria aqui interrompida para se tratar das contas a preços constantes nos dois sistemas (amplo e consolidado), e apresentar o PIB real trimestral.

A unidade seguinte deveria introduzir as contas financeiras e patrimoniais, e mostrar o sistema completo.

A próxima unidade seria dedicada a apresentar a Matriz de Insumo-Produto como resultado da aplicação do modelo de Leontieff às tabelas de insumo-produto. As dificuldades nesse caso seriam grandes, pois os alunos não teriam ainda cursado a disciplina de álgebra linear. Mas, aprofundamentos e mais detalhes poderão ser visto, por exemplo, em política e programação econômica.

Finalmente, se encerraria chamando atenção para as dificuldades de comparações internacionais dos agregados macroeconômicos.

A questão de bibliografia para esta disciplina será no primeiro momento trabalhosa. E, de pouco adiantaria simplesmente, se traduzir alguns livros de procedência francesa onde há vasta disponibilidade de livros-textos. Na França a concepção do sistema estatístico difere da brasileira e da América Latina em geral: as estatísticas agropecuárias, industriais e de serviços são organizadas por empresas, ao invés de por unidades produtivas (estabelecimentos). Desta forma, é possível se ter rapidamente contas por setores institucionais que, de fato, comandam o sistema francês. Para o Brasil, atualmente, e por muito tempo ainda, as contas por setores de atividade continuarão a comandar e serão mais ágeis do que as por setores institucionais.

mais ágeis do que as por setores institucionais.

Os autores deste artigo preparam atualmente um livro-texto, com a organização proposta acima, que só estará disponível no próximo ano. De qualquer maneira, a bibliografia aqui citada fornece elementos suficientes para permitir a elaboração de um curso de graduação em Contas Nacionais de bom nível.

Finalmente, resta colocar em dúvida o nome da disciplina na qual se ensina Contas Nacionais. Na última reforma curricular o nome desta disciplina passou a chamar-se Contabilidade Social, substituindo seu tradicional nome de Contabilidade Nacional. Se seu antigo nome poderia eventualmente deixar dúvida sobre o que aí é tratado, certamente o novo nome esconde totalmente o seu conteúdo.

Sabemos que embora o Sistema de Contas Nacionais guarde semelhança com um sistema de contabilidade empresarial, sua semelhança é parcial; a principal é que ambos obedecem ao princípio das partidas dobradas entre todas as operações o que implica no equilíbrio entre débito e crédito ou usos e recursos ou demanda e oferta. Entretanto, o sentido econômico que as operações ganham na teoria econômica acaba por distanciar as Contas Nacionais da Contabilidade. Uma outra proximidade está no fato de que parte considerável das informações utilizadas para produzir as Contas Nacionais são originárias de registro contábeis.

No que diz respeito ao Social, a menos que se interprete que todas as operações (produção, consumo, investimento, etc.), são relações sociais, as Contas Nacionais pouco contêm de social no seu sentido usual de indicadores sociais. Poder-se-ia, entretanto, argumentar que o termo social estaria contemplando a demanda de alguns estudiosos de que o Sistema de Contas Nacionais deveria evoluir para um sistema que abrangesse também diversos indicadores sociais (Social Accounts Matrix-SAM).[1] Isto, na realidade, é contemplado no SNA-68 e na Rev. 4 a ser aprovada em 1993, através de quadros complementares para alguns desses indicadores como Saúde e Educação e até mesmo com a indicação de se implantar contas satélites sobre essas funções. Mas, nem por isso, o SNA mudou o nome. Afinal, o cerne do sistema é constituído de contas econômicas.

Sem querer traçar a origem do nome Contas Nacionais pode-se verificar que o nome de batismo adotado pelas Nações Unidas em inglês é System of National Accounts, a tradução oficial da ONU para o espanhol é Sistema de Cuentas Nacionales, e o INSEE, em vários dos seus documentos, adota o termo Systeme de Comptes Nationaux embora também utilize os termos Comptabilité Nationale e Comptes de la Nation.

---

[1] Cita-se, como exemplo, Graham Pyatt.

Embora esse seja um detalhe de pouca importância, a identificação desta disciplina ou até mesmo do capítulo, por exemplo do Anuário Estatístico do Brasil, que divulga as Contas Nacionais do País, gera muitos desencontros. No caso do curso universitário os alunos do curso de economia, e até mesmo do de contabilidade,[1] iniciam o curso com uma expectativa que difere totalmente do que de fato será aí ensinado. No caso da divulgação, vários estrangeiros e mesmo brasileiros não conseguiam encontrar as Contas Nacionais, no Anuário Estatístico do Brasil, escondidas que estavam no capítulo de Contabilidade Social, o que foi mudado a partir do ano de 1990.

Sugerimos que quando possível se adote para esta disciplina o nome de Contas Nacionais que corresponde ao que realmente aí se ensina.

BIBLIOGRAFIA

UN, System of National Accounts - SNA, Rev. 2, New York, 1952.

UN, System of National Accounts-SNA, Rev.3, New York, 1968.

UN, Secretariat, Revised System of National Accounts, Rev. 4, UN, New York, novembro, 1990, mimeo.

UN. International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Rev. 2, New York, 1975.

ONU/CEPAL, Cuentas Nacionales Y Producto Material em América Latina, ONU, Santiago do Chile, 1982.

INSEE, Systeme Elargi de Comptabilité Nationale, base 1980 - Méthodes, Paris, 1987.

PERU/Ministério de Economia Y Finanzas, El Sistema de Cuentas Nacionales de las Naciones Unidas, Ministério de Economia Y Finanzas, Lima, Dezembro de 1972.

Ngo-Thi CUC e J.Louis WEBER, Pour Une Initiation à la Comptabilité Nationale-elaboration des comptes nationaux d'une economie fictive: Kangaré, INSEE, Paris, sf.

E. ARCHAMBAULT, Comptabilité Nationale, Ed. Economica, Paris, 1979.

M.CORTÉS de PINZON e R.E. PINZON SANTOS, Bases de Contabilidad Nacional, DANE, Bogotá, Colombia, 1982.

Patrício LEON C. e Salvador MARCONI R., Notas sobre Cuentas

---

[1] Na UFF esta disciplina é obrigatória e ministrada no último período do curso de Ciências Contábeis.

J-E.CHAPRON e M. SERUZIER, **Initiation Pratique à la Comptabilité Nationale selon le Nouveau Systeme**, Ed. Masson, Paris, 1984.

André VANOLI, "Sur la structure générale du SCN, à partir de l'expérience du Systeme Elargi de Comptabilité Nationale Français", in **The Review of Income and Wealth**, série 32, nº 2, junho de 1986, pp. 155-199.

R. IBARRA BENITEZ, **Un Sistema Integral de Contabilidad Nacional**, CEMLA, México, 1986.

Michel SERUZIER, **Construire les Comptes de la Nation**, Ministere de la Coopération de France, Paris, 1988.

Antonio Braz de OLIVEIRA E SILVA e Roberto L. Olinto RAMOS, "A Commodity flow balancing procedure for the base year of the new Brazilian System of National Accounts", in A. Franz e N. Rainer, ed., **Compilation of Input-Output Data**, OSG, Orac Verlag, Viena, 1989, pp. 301-324.

IBGE, **Estatísticas Históricas do Brasil**, série Estatísticas Retrospectivas, vol 3, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE, **Matriz de Insumo Produto, Brasil, 1980**, série Relatórios Metodológicos, volume 7, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE, **Sistema de Contas Nacionais Consolidadas, Brasil**, série Relatórios Metodológicos, Volume 8, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE, **Produto Interno Bruto Trimestral, Brasil**, série Relatórios Metodológicos, Volume 9, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE/DPE, **Novo Sistema de Contas Nacionais - ano base 1980: metodologia e resultados provisórios**, IBGE/DPE, Texto para Discussão nº 10, dezembro de 1988.

IBGE/DPE, **Novo Sistema de Contas Nacionais, Séries Correntes 1981-85: metodologia e resultados provisórios**, IBGE/DPE, Texto para Discussão nº __, abril 1991.

C.M. CONSIDERA e A.B. de OLIVEIRA e SILVA, **A Coordenação do Sistema Estatístico Nacional e o PGIE segundo o DECNA**, IBGE/DPE, Texto para DISCUSSÃO nº 43, março 1991.

ANEXOS

ANEXO 01

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E PRODUTOS NIVEL 50

ATIVIDADES	PRODUTOS
01 AGROPECUARIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	011 PRODUTOS DA EXTRATIVA VEGETAL, CAÇA E PESCA
	012 PRODUTOS AGRICOLAS
	013 PRODUTOS DA PECUARIA
02 EXTRAÇÃO MINERAL, EXCLUSIVE COMBUSTIVEIS MINERAIS	021 MINERAIS METALICOS E NÃO-METALICOS, EXCLUSIVE ENERGETICO
03 EXTRAÇÃO DE PETROLEO E GAS NATURAL, CARVÃO E OUTROS COMBUSTIVEIS	031 PETROLEO, GAS NATURAL, CARVÃO E OUTROS COMBUSTIVEIS MINERAIS
04 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METALICOS	041 PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METALICOS
05 SIDERURGIA	051 PRODUTOS SIDERURGICOS
06 METALURGIA DE NÃO-FERROSOS	061 PRODUTOS METALURGICOS NÃO-FERROSOS
07 FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METALURGICOS	071 OUTROS PRODUTOS METALURGICOS
08 FABRICAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES, INCLUSIVE PEÇAS E ACESSORIOS	081 MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES
	082 PEÇAS, ACESSORIOS E COMPONENTES MECANICOS PARA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE FERRAMENTAS INDUSTRIAIS
09 MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MAQUINAS	091 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MAQUINAS
10 FABRICAÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL ELETRICO	101 APARELHOS E EQUIPAMENTOS ELETRICOS, INCLUSIVE ELETRODOMESTICOS, PEÇAS E ACESSORIOS
	102 MATERIAL ELETRICO, EXCLUSIVE PEÇAS PARA VEICULOS
11 FABRICAÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL ELETRONICO E DE COMUNICAÇÕES	111 APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL ELETRONICO E DE COMUNICAÇÕES
12 FABRICAÇÃO DE AUTOMOVEIS, CAMINHÕES E ONIBUS	121 AUTOMOVEIS, CAMINHÕES E ONIBUS, INCLUSIVE CARROCERIAS
13 FABRICAÇÃO DE OUTROS VEICULOS, PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS	131 OUTROS VEICULOS, PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS
14 SERRARIAS E FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MADEIRA E DO MOBILIARIO	141 MADEIRA SERRADA, ARTIGOS DE MADEIRA E DO MOBILIARIO
15 INDUSTRIA DE PAPEL E GRAFICA	151 PAPEL, CELULOSE, ARTIGOS DE PAPEL IMPRESSOS OU NÃO E SERVIÇOS GRAFICOS
16 INDUSTRIA DA BORRACHA	161 BORRACHA BENEFICIADA E ARTIGOS DE BORRACHA
17 PRODUÇÃO DE ELEMENTOS QUIMICOS NÃO-PETROQUIMICOS OU CARBOQUIMICOS	171 ALCOOL DE CANA E CEREAIS
	172 ELEMENTOS E COMPOSTOS QUIMICOS NÃO-PETROQUIMICOS OU CARBOQUIMICOS
18 REFINO DE PETROLEO E INDUSTRIA PETROQUIMICA	181 PRODUTOS DE REFINO DE PETROLEO
	182 GASOLINA AUTOMOTIVAS
	183 PRODUTOS PETROQUIMICOS
19 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS DIVERSOS	191 PRODUTOS QUIMICOS DIVERSOS
20 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE PERFUMARIA	201 PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE PERFUMARIA
21 INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MATERIAL PLASTICO	211 ARTIGOS DE MATERIAL PLÁSTICO, INCLUSIVE LAMINADOS, FILMES E FIOS PLASTICOS
22 INDUSTRIA TEXTIL	221 FIOS, TECIDOS, ARTIGOS DO VESTUARIO DE MALHA E OUTROS PRODUTOS DA INDUSTRIA TEXTIL
23 FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS	231 ARTIGOS DO VESTUARIO, EXCLUSIVE DE MALHA, E ACESSORIOS DO VESTUARIOS
24 FABRICAÇÃO DE CALÇADOS E DE ARTIGOS DE COURO E PELES	241 CALÇADOS E ARTIGOS DE COURO E PELES
25 INDUSTRIA DO CAFE	251 CAFE EM GRÃO, TORRADO, MOIDO OU SOLUVEL
26 BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, INCLUSIVE FUMO	261 PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL BENEFICIADOS, INCLUSIVE FUMO
27 ABATE E PREPARAÇÃO DE CARNES	271 CARNE, AVES ABATIDAS E OUTROS PRODUTOS E SUBPRODUTOS DO ABATE
28 RESFRIAMENTO E PREPARAÇÃO DO LEITE E LATICINIOS	281 LEITE BENEFICIADO E LATICINIOS
29 INDUSTRIA DO AÇUCAR	291 AÇUCAR CRISTAL, DEMERARA E REFINADO E SUBPRODUTOS DE USINAS DE AÇUCAR
30 FABRICAÇÃO E REFINO DE OLEOS VEGETAIS E DE GORDURAS PARA ALIMENTAÇÃO	301 OLEOS VEGETAIS EM BRUTO E REFINADOS E OUTROS PRODUTOS DE SEMENTES OLEAGINOSAS
31 OUTRAS INDUSTRIAS ALIMENTARES E INDUSTRIA DE BEBIDAS	311 OUTROS PRODUTOS DA INDUSTRIA ALIMENTAR E BEBIDAS
32 INDUSTRIAS DIVERSAS	321 PRODUTOS DIVERSOS
	329 UTILIDADES, SERVIÇOS INDUSTRIAIS DIVERSOS E RESIDUOS RECICLAVEIS
33 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO D'AGUA	331 ENERGIA ELETRICA, SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO
34 CONSTRUÇÃO CIVIL	341 CONSTRUÇÃO CIVIL
35 COMERCIO	351 MARGEM DE COMERCIO
36 TRANSPORTE	361 TRANSPORTE
37 COMUNICAÇÕES	371 COMUNICAÇÕES
38 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGUROS	381 SERVIÇOS FINANCEIROS E SEGUROS
39 SERVIÇOS PRESTADOS AS FAMILIAS	391 SERVIÇOS PRESTADOS AS FAMILIAS
40 SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS	401 SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS
41 ALUGUEL DE IMOVEIS	411 ALUGUEL DE IMOVEIS
	412 ALUGUEL IMPUTADO DE DOMICILIOS DE USO PROPRIO
42 ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	421 SERVIÇOS NÃO-MERCANTIS PUBLICOS
43 SERVIÇOS PRIVADOS NÃO-MERCANTIS	431 SERVIÇOS NÃO-MERCANTIS PRIVADOS
44 DUMMY REPARAÇÃO	
45 DUMMY EMPRESAS	451 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS EMPRESAS
46 DUMMY FINANCEIRO	
	490 PRODUTOS IMPORTADOS
	500 IPI OU ISS SOBRE CONSUMO INTERMEDIARIO DAS ATIVIDADES
	600 ICM SOBRE O CONSUMO INTERMEDIARIO DAS ATIVIDADES
	700 OUTROS IMPOSTOS LIQUIDOS DE SUBSIDIOS, SOBRE O CONSUMO INTERMEDIARIO DAS ATIVIDADES
	800 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
	999 AJUSTES EXTRA TERRITORIAL

FONTE: IBGE, **Matriz de Insumo Produto - Brasil, 1980**, série Relatórios Metodológicos, vol. 7, Rio de Janeiro, 1990, p. 21